

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

JÉSSICA NEGRI GOMES

**ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO NO TRABALHO NO CONTEXTO DA SAÚDE
MENTAL**

SÃO CARLOS
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

JÉSSICA NEGRI GOMES

**ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO NO TRABALHO NO CONTEXTO DA SAÚDE
MENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional.

Área de Concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional

Linha de Pesquisa: Cuidado, Emancipação Social e Saúde Mental

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi

SÃO CARLOS
2024

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me guiado e sustentado ao longo de toda minha trajetória.

À São José por todas as preces atendidas.

À minha família: minha mãe Rosimara, meu pai Marcos, minha irmã Giovana e minha vó Tereza, por sempre acreditarem e apoiarem minhas escolhas. Serem meu suporte em meio às dificuldades que apareceram no caminho mesmo que longe. Minha família foi essencial para que eu estivesse aqui hoje. Amo vocês.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a Isabela Aparecida de Oliveira Lussi, que acreditou em meu potencial, proporcionando diversas oportunidades e experiências incríveis desde 2017. Ser minha referência e inspiração como terapeuta ocupacional. Agradeço pela confiança e todos ensinamentos compartilhados.

Aos docentes do Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional por toda sabedoria e apoio nesses anos. Em especial, a Prof^a Dr^a Maria Fernanda Barboza Cid.

Às professoras Giovana Garcia Morato e Lisabelle Manente Mazaro pelas importantes contribuições no Exame de Qualificação que me guiaram para um melhor desenvolvimento de minha pesquisa.

À Kátia, por toda paciência e auxílio.

Às equipes de saúde mental de Araraquara, do Espaço Kaparaó e da Escola de Governo pela possibilidade de realizar minha pesquisa e por todo auxílio nesse processo.

À minha amiga Mariana Guerra, pela parceria nesse trabalho. Por todo suporte, horas de risadas e conversas. Sua presença e amizade foram essenciais para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Aos meus amigos: Ana Luiza, Karina, Sabrina, Thais, Isabella, João e Clayton. A escuta de minhas angústias e as risadas nos momentos difíceis trouxeram leveza para esse processo. Agradeço pela amizade e momentos de diversão.

Às minhas colegas de mestrado que tanto me ajudaram nesse processo. Em especial a Sara, Leticia, Fabíola e Ana.

Como também a Erika Regina e Marina Speranza, pela paciência, escuta e apoio em momentos de dúvidas.

Aos participantes desse estudo. Agradeço pela disponibilidade e partilha de seus conhecimentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento desta pesquisa por mais de um ano.

À mim mesma, por ser forte e resiliente.

RESUMO

A Economia Solidária apresenta-se como uma forma de resistência contra o capitalismo, buscando a inclusão social das pessoas excluídas do mundo do trabalho, tendo como pilares a solidariedade, o trabalho coletivo, a autogestão e a geração de atividade econômica. Vem sendo uma resposta democrática dos movimentos sociais diante a crise causada pela acumulação capitalista, sendo pautada principalmente pela ética da solidariedade. Em março de 2020, a pandemia causada pelo SARS-Cov-2 (agente etiológico da COVID-19) chegou ao Brasil, avançando rapidamente em todo o território nacional. Trouxe danos na vida da população não apenas na área de saúde pública, mas também no âmbito social e econômico. O Estado, a fim de atender as necessidades mínimas da população, criou algumas estratégias pontuais como o auxílio emergencial e políticas de assistência social. Porém, o que realmente tem se mostrado alternativa para proporcionar grande parte da subsistência das pessoas em vulnerabilidade, são as iniciativas de Economia Solidária e as redes de solidariedade nos seus próprios territórios. Além das iniciativas de Economia Solidária pensadas como estratégias para a inclusão social de pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, entre elas, as pessoas em sofrimento psíquico, existem os programas de transferência de renda, sendo políticas sociais que visam o combate à pobreza e a redução das desigualdades em países em desenvolvimento. No município de Araraquara, localizado no interior do estado de São Paulo, existem dois programas municipais de transferência de renda, o “Bolsa Cidadania” e o “Programa de Incentivo à Inclusão Social” (PIIS), visando, principalmente, a garantia de direito à renda mínima e propiciar a inclusão produtiva, amenizando o impacto do aumento de exclusão social no município. Este estudo teve como objetivos gerais, identificar quais as expectativas de usuários de CAPS II e CAPS AD sobre um possível ingresso ou retorno ao trabalho na perspectiva da Economia Solidária; e quais as facilidades e as dificuldades encontradas para a inclusão no trabalho para os participantes do programa de transferência de renda. Os objetivos específicos foram investigar o histórico ocupacional dos usuários de CAPS II e CAPS AD de Araraquara que têm perfil para a inclusão no trabalho e identificar o grau de aptidão destes usuários para o trabalho coletivo e autogestionário. Trata-se de pesquisa de campo, exploratória, de abordagem qualitativa. Participaram do estudo 09 usuários do CAPS II e do CAPS ad de Araraquara, com perfil para inclusão no trabalho e que estão, atualmente, excluídos do mundo do trabalho, e 02 usuários inseridos nas atividades de capacitação profissional proporcionadas pelo programa de transferência de renda “Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)”. Para a coleta de dados foram utilizados três instrumentos, sendo um protocolo de informações pessoais e de trabalho ou ocupação para todos os participantes da pesquisa e dois roteiros de entrevista semiestruturada, um para o grupo de participantes aptos para retorno ao trabalho e outro para o grupo de participantes do PIIS, além de um diário de campo para as anotações durante todo o trabalho de campo. Os dados coletados a partir dos protocolos de informações foram analisados

descritivamente e os dados oriundos das entrevistas foram submetidos à análise temática. Os resultados mostraram que os participantes tiveram experiências de trabalho positivas e negativas no decorrer da vida e que encontram diversas barreiras para a inclusão no mundo do trabalho. O estudo revelou que muitos dos participantes possuem aptidão para o trabalho coletivo e autogestionário e que o contato com os princípios da Economia Solidária afluou o lado crítico dos participantes a respeito da exploração advinda do sistema capitalista. Concluimos que a Economia Solidária e os programas de transferência são importantes estratégias de inclusão social a partir do trabalho para pessoas em sofrimento psíquico e pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas.

Palavras-chave: Autogestão; Economia Solidária; Saúde Mental; Inclusão Social pelo Trabalho.

ABSTRACT

Solidarity economy presents itself as a form of resistance against capitalism, seeking the social inclusion of people excluded from the labor market, with pillars based on solidarity, collective work, self-management, and the generation of economic activity. It has been a democratic response from social movements to the crisis caused by capitalist accumulation, mainly guided by the ethics of solidarity. In March 2020, the pandemic caused by SARS-CoV-2 (the etiological agent of COVID-19) reached Brazil, rapidly spreading across the national territory. It brought damage to the lives of the population not only in the area of public health but also in social and economic aspects. In order to meet the minimum needs of the population, the State created some targeted strategies such as emergency aid and social assistance policies. However, what has truly proven to be an alternative to providing much of the subsistence for vulnerable populations are the initiatives of solidarity economy and solidarity networks within their own territories. In addition to solidarity economy initiatives designed as strategies for the social inclusion of people in situations of social vulnerability, including those experiencing mental suffering, there are income transfer programs, which are social policies aimed at combating poverty and reducing inequalities in developing countries. In the municipality of Araraquara, located in the interior of the state of São Paulo, there are two municipal income transfer programs, the "Bolsa Cidadania" and the "Social Inclusion Incentive Program" (PIIS), mainly aimed at guaranteeing the right to a minimum income and providing productive inclusion, alleviating the impact of increased social exclusion in the municipality. This study had general objectives of identifying the expectations of users of CAPS II and CAPS AD regarding possible entry or return to work from the perspective of the Solidarity Economy; and the facilitators and barriers encountered for inclusion in work for participants in income transfer programs. The specific objectives were to investigate the occupational history of CAPS II and CAPS AD users in Araraquara who are eligible for work inclusion and to identify the level of aptitude of these users for collective and self-managed work. This is a field research, exploratory in nature, with a qualitative approach. Nine users of CAPS II and CAPS AD in Araraquara participated in the study, who are eligible for work inclusion and are currently excluded from the labor market, along with two users engaged in the professional training activities provided by the income transfer program "Social Inclusion Incentive Program (PIIS)." For data collection, three instruments were used: a personal and work information protocol for all research participants and two semi-structured interview scripts, one for the group of participants eligible for returning to work and another for the PIIS participant group, as well as a field diary for notes taken during the entire fieldwork. The data collected from the information protocols were analyzed descriptively, and the interview data were subjected to thematic analysis. The results showed that participants had both positive and negative work experiences throughout their lives and face various barriers to inclusion in the labor market. The study revealed that many participants have an aptitude for collective and self-managed work, and contact with the principles of the

solidarity economy sharpened the participants' critical perspective on the exploitation derived from the capitalist system. We concluded that the solidarity economy and transfer programs are important strategies for social inclusion through work for people experiencing mental suffering and those who have problematic use of alcohol and other drugs.

Keywords: Self-management; Solidarity Economy; Mental Health; Social Inclusion through Work.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Caracterização dos participantes com perfil para inclusão no trabalho | 46 |
| Quadro 2 - Profissão, ocupação, moradia e renda dos participantes com perfil para inclusão no trabalho | 49 |
| Quadro 3 - Caracterização dos participantes inseridos no PIIS | 51 |
| Quadro 4 - Profissão, ocupação, moradia e renda dos participantes inseridos no PIIS | 52 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|--|
| ABRASCO | Associação Brasileira de Saúde Coletiva |
| ADS | Agência de Desenvolvimento Solidário |
| ANTEAG | Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CADÚNICO | Cadastro Único |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CAPS AD | Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica |
| CONASS | Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde |
| CONEP | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos |
| EAF | Entidades de Apoio e Fomento |
| EES | Empreendimento Econômico Solidário |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| ESPII | Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| PIIS | Programa de Incentivo à Inclusão Social |
| SARS-CoV-2 | Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave |
| SENAES | Secretaria Nacional da Economia Solidária |
| SIES | Sistema de Informações em Economia Solidária |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| <i>Economia Solidária</i> | 13 |
| <i>Cenário Pandêmico</i> | 17 |
| <i>Saúde Mental, Economia Solidária e Estratégias de Inclusão Social pelo Trabalho</i> | 21 |
| 2. AUTOGESTÃO | 27 |
| 2.1 Princípios da autogestão | 28 |
| 2.2 A potência da autogestão nos processos de inclusão social pelo trabalho | 31 |
| 3. OBJETIVOS | 33 |
| 3.1 Objetivos gerais | 33 |
| 3.2 Objetivos específicos | 33 |
| 4. PERCURSO METODOLÓGICO | 34 |
| 4.1 Contextualização da pesquisa | 34 |
| 4.2 Participantes | 36 |
| 4.3 Campo de estudo | 37 |
| 4.4 Instrumentos para coleta de dados | 40 |
| Validação do Protocolo de Informações Pessoais e dos Roteiros de Entrevista Semiestruturada | 40 |
| 4.5 Procedimentos | 41 |
| 4.5.1 Aspectos Éticos | 41 |
| 4.5.2 Coleta de dados | 42 |
| 4.6 Análise de dados | 44 |
| 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 45 |
| 5.1 Caracterização dos participantes | 46 |
| 5.2 Análise temática | 53 |
| 5.2.1 Histórico ocupacional: experiências positivas e negativas | 53 |
| 5.2.2 Barreiras e expectativas para inclusão no trabalho: A importância da Economia Solidária | 60 |
| 5.2.3 Projetos de vida e a importância do trabalho | 69 |
| 5.2.5 Críticas advindas do trabalho e a influência da participação na capacitação em Economia Solidária. | 75 |
| 5.2.6 Percepções a respeito do Programa de Transferência de Renda “PIIS” | 79 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 81 |
| REFERÊNCIAS | 85 |

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória no mundo da Economia Solidária começou no ano de 2017, quando, em meu segundo ano da graduação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), conheci os projetos de extensão coordenados pela Prof^a Dr^a Isabela Aparecida de Oliveira Lussi. Sem conhecimento prévio, mas com muita vontade de adquirir novos aprendizados, adentrei no meu primeiro projeto de extensão, que havia como campo de prática o empreendimento econômico solidário (EES) Recriart, no município de São Carlos, e a partir dessa vivência o interesse pelo movimento da Economia Solidária em conjunto com a Saúde Mental foi ficando cada vez maior.

Desde então, me dediquei a outros projetos de extensão e ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na mesma temática da Economia Solidária e Saúde Mental, no qual realizei uma caracterização do EES PaneSol, também do município de São Carlos, e, posteriormente, ao meu projeto de mestrado. Dessa oportunidade surgiu a possibilidade de estar aqui, me aprofundando cada vez mais no que acredito e amo.

Assim, o estudo baseia-se, principalmente, nos princípios da Economia Solidária, Autogestão e Reforma Psiquiátrica, pensando o trabalho como meio de inclusão social de pessoas com sofrimento psíquico e/ou uso problemático de álcool e outras drogas.

O presente estudo tem como objetivos gerais identificar quais as expectativas de usuários de CAPS II e CAPS AD sobre um possível ingresso ou retorno ao trabalho na perspectiva da Economia Solidária e quais as facilidades, as dificuldades e os desafios encontrados para a inclusão no trabalho para os participantes dos programas de transferência de renda.

A introdução é composta por uma breve reflexão sobre o contexto pandêmico, logo após sobre o movimento da Economia Solidária, Saúde Mental e estratégias de inclusão social pelo trabalho, em específico, os programas de transferência de renda do município de Araraquara. Seguindo, temos um capítulo teórico trazendo conteúdos sobre a Autogestão. Posteriormente são apresentados os objetivos, os procedimentos metodológicos, a apresentação e discussão dos resultados e as considerações finais.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão social pelo trabalho é um tema que foi colocado em foco, no Brasil, desde o início do processo da Reforma Psiquiátrica. Ao longo dos últimos 30 anos, várias políticas públicas foram elaboradas e implantadas, no nível nacional, com o intuito de ampliar a inclusão de pessoas com sofrimento psíquico e pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas no mundo do trabalho. Destacamos a Política Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária (Brasil, 2005), que adotou como eixo orientador para a inclusão no trabalho a perspectiva da Economia Solidária.

Muitos foram os avanços neste contexto, no entanto, com o advento da pandemia da Covid-19, além do cenário político e econômico que se instaurou no Brasil desde 2016 até 2022, uma série de retrocessos e perdas foram vivenciados e impactaram, sobremaneira, as iniciativas de inclusão social pelo trabalho. Desta forma, estes eventos serão abordados nesta seção a fim de explicitar seus impactos e suas influências.

Economia Solidária

A Economia Solidária apresenta-se como uma forma de resistência contra o capitalismo, buscando a inclusão social das pessoas excluídas do mundo do trabalho, tendo como pilares a solidariedade, o trabalho coletivo, a autogestão e a geração de atividade econômica. A produção e comercialização de produtos e serviços dentro dessa prática não visa a obtenção de lucro, mas sim uma fonte de redistribuição de recursos, proporcionando às pessoas envolvidas, melhor qualidade de vida. (Silva, 2009)

Tal economia se estrutura a partir da proposta de organizações voltadas à inclusão de pessoas excluídas do mundo do trabalho e ao combate ao desemprego, por meio de uma forma contra-hegemônica de produzir e com um modelo de desenvolvimento sustentável, propiciando trabalho digno e geração de renda, respeitando a todos e se opondo à lógica capitalista. (Lima; Souza, 2014)

Segundo a Dieese (2014, p. 34)

A prática da Economia Solidária é composta pelo conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito a partir de cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca e diversas organizações populares urbanas e rurais.

O movimento da Economia Solidária surgiu na década de 1980, a partir da contrarrevolução neoliberal. Com o alto índice de desemprego no final do século XX, o trabalho informal se colocou como uma forma de geração de renda e sobrevivência material. Na tentativa de enfrentar essa situação, a Economia Solidária surgiu como uma estratégia coletiva, por meio da autogestão e solidariedade, sendo uma alternativa à precarização do trabalho (Andrade et al. 2013).

Ganhou força e se concretizou com a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), no início dos anos 90 (Dieese, 2014), a fim de representar e incentivar empresas industriais de autogestão que se formavam à época. (Dal Ri; Vieitez, 2001)

Outro marco importante para a consolidação da Economia Solidária foi a constituição da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) junto ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e com a Rede Unitrabalho, no ano de 1999. Com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), em 2003, pelo governo federal, impulsionada pelo Fórum Social Mundial, houve um avanço ainda maior neste processo de consolidação (Dieese, 2014).

A criação da SENAES possibilitou ao movimento da Economia Solidária rápida expansão no território nacional. Houve um grande crescimento da Economia Solidária, no Brasil, associado ao crescimento econômico (De Arcanjo; De Oliveira, 2017).

Com a criação do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), iniciativa para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Políticas Públicas de Economia Solidária, ficou evidente que a SENAES abriu portas para a Economia Solidária, em respeito a sociedade e as estatísticas econômicas, pois foram registradas mais de trinta mil experiências no SIES. (Schiochet, 2020)

Porém, em 2016, em meio a um cenário político e econômico conturbado,

houve diversos desdobramentos negativos, tais como a possibilidade da SENAES ser reduzida a uma subsecretaria no Ministério do Trabalho (De Arcanjo; De Oliveira, 2017).

Assim, no mesmo ano, após o golpe contra a presidenta da República, à época, e a partir dos diversos cortes nas políticas sociais, a SENAES foi rebaixada à uma Subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho (De Arcanjo; De Oliveira, 2017).

Com o governo que se instaurou no Brasil em 2018, a situação se agravou, visto um projeto ainda mais conservador em relação a tais políticas e aos direitos humanos. A política de Economia Solidária passou a ser conduzida por pessoas sem algum conhecimento sobre o tema, refletindo em enorme retrocesso. (Molina et al, 2020)

No ano de 2019, a SENAES foi extinta e as questões vinculadas à Economia Solidária foram acopladas ao Ministério da Cidadania, na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana. Além disso, foi verificado que a Economia Solidária foi retirada da pauta orçamentária dos órgãos federais. (Chiariello; Fonseca; Moraes, 2021)

Nota-se como o plano político daquele governo foi extremamente conservador e demonstrou-se prejudicial às políticas sociais, colocando-as numa condição precária e voltada ao assistencialismo. (Molina et al, 2020)

Neste sentido, entre os anos de 2016 a 2021 houve um declínio significativo a respeito das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária, registrando os menores valores orçamentários de toda história, ocorrendo o desmonte de instâncias e a redução geral nos investimentos financeiros. (Chiariello; Fonseca, 2022)

Um exemplo dessa situação são os valores destinados às Ações da Economia Solidária na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 e 2021. Em 2020, o valor destinado para essas ações foi cerca de 18 milhões, enquanto em 2021 esse valor foi reduzido a 4 milhões de reais. (Chiariello; Fonseca, 2022)

Esse período coincide com o ano em que o Brasil e o mundo enfrentaram o cenário catastrófico da pandemia de COVID-19, assunto que será explorado com mais detalhes no próximo tópico.

A pandemia provocou diversas mudanças em todos os aspectos da vida da população, especialmente entre as populações em situação de vulnerabilidade

social. O Estado, a fim de atender as necessidades mínimas da população, criou algumas estratégias pontuais como o auxílio emergencial e políticas de assistência social. Porém, o que realmente tem se mostrado alternativa para proporcionar grande parte da subsistência das pessoas em vulnerabilidade, desde antes da pandemia do coronavírus, são as iniciativas de Economia Solidária e redes de solidariedade nos seus próprios territórios. Assim, podemos compreender a importância que essas estratégias têm na luta contra a crise da COVID-19 (Molina et al. 2020)

O baixo investimento e a falta de apoio para promover estratégias de Economia Solidária, neste momento de crescente visibilidade pela busca cada vez maior de pessoas que estão excluídas da economia formal, destaca como os interesses da classe privilegiada da sociedade brasileira são priorizados e ampliados durante a atual crise. É notório que a atual crise econômica, desencadeada pela pandemia, se sucede a uma crise econômica e política anterior, expondo ainda mais a persistente lógica de produção de desigualdades sociais. (Molina et al, 2020)

Assim, a Economia Solidária vem sendo uma resposta democrática dos movimentos sociais diante da crise causada pela acumulação capitalista, sendo pautada principalmente pela ética da solidariedade. Porém, não é de hoje que as conquistas trabalhistas e as políticas sociais vêm sendo tiradas de foco do nosso governo, fazendo com que a Economia Solidária sofra as consequências. (Molina et al, 2020)

Observa-se que com a pandemia vem a necessidade de compor um novo sistema econômico, o qual pode se somar junto a Economia Solidária, pensando na experiência do movimento no contexto da Covid-19. (Schiocet, 2020)

A crise resultante da pandemia da Covid-19 trouxe diversas dificuldades para que os empreendimentos econômicos solidários procedessem com suas atividades. As redes solidárias têm um papel muito importante quando se diz respeito a dar o suporte e promover soluções junto aos EES como, por exemplo, ações desenvolvidas na área de comercialização, estratégias para divulgação dos EES, além da atuação dos Fóruns de Economia Solidária. (Neto, et al. 2020)

Ainda pensando no contexto político de nosso país, observa-se a desarticulação entre o governo central e os governos regionais e locais, tendo como resultado a falta de uma estratégia que promova a segurança sanitária e econômica

em todo território brasileiro. (Neto et al. 2020)

É de extrema importância a continuidade da luta pela preservação das políticas para a Economia Solidária e de todo conjunto de estruturas construídas durante esse tempo, quando pensamos no combate à exclusão social e à precarização do trabalho em nosso país, especialmente em um cenário de aumento do desemprego. Diante dos desafios enfrentados pela classe trabalhadora, é necessário fortalecer e intensificar as conexões, nacionais e internacionais, em prol da justiça social. É crucial que os movimentos da Economia Solidária, em conjunto com outros movimentos sociais, se mantenham firmes na defesa da cidadania e justiça social. (De Arcanjo; De Oliveira, 2017)

Segundo Neto et al. (2020, p. 36) os EES e suas redes, possibilitam a reconversão produtiva, a intercooperação e ações de colaboração solidária entre pessoas, organizações públicas e privadas para a construção de novas relações sociais e econômicas, que possibilitam a superação dos desafios trazidos pelo isolamento social. Com a pandemia e seus desafios, observa-se a força dos trabalhadores em repensar as formas de trabalhar. (Neto et al. 2020)

Considerando que a pesquisa foi realizada durante o contexto pandêmico e pós-pandêmico, julgou-se importante apresentar o panorama sobre esse período no próximo tópico.

Cenário Pandêmico

Em dezembro de 2019, foi registrado pela República Popular da China um conjunto de casos de pneumonia de origem desconhecida. Posteriormente, em janeiro de 2020, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças da China estabeleceu essa condição com um novo coronavírus. No mesmo mês, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou esse novo surto como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) (Washington, 2020)

No mês de fevereiro, a OMS designou a doença como coronavírus disease 2019 (COVID-19), ou doença do novo coronavírus 2019, enquanto o Comitê Internacional de Taxonomia Viral (traduzido do inglês, International Committee on Taxonomy of Viruses - ICTV) deu o nome ao vírus como “Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2)”. (Washington, 2020)

E em março de 2021, a OMS classificou o novo coronavírus como quadro pandêmico, devido sua rápida propagação no mundo todo e características infecciosas coletivas. (Mendes, et al., 2021 apud Christofolletti; Costa; Silva, 2020)

Sendo uma doença infecciosa, o vírus se propaga principalmente entre pessoas próximas, em curta distância, através da inalação de aerossóis ou gotículas contendo o vírus ou contato direto com os olhos, nariz e/ou boca. Ambientes internos mal ventilados e com aglomeração aumentam o risco de contágio, pois os aerossóis podem permanecer suspensos no ar a longo alcance. Uma outra forma de transmissão pode ocorrer ao tocar superfícies contaminadas pelo vírus e, logo após, tocar o rosto sem higienizar as mãos. (Opas, 2020)

Assim, as medidas de distanciamento social, quarentena e lockdowns foram utilizadas como forma de conter a disseminação do coronavírus. Essas ações acarretaram grandes mudanças na vida de todos os sujeitos - impactando não apenas no aspecto da saúde, mas também nos aspectos econômicos, educacionais, políticos e sociais. (Brasília, 2022a)

Globalmente, toda a população se encontrou ameaçada pela COVID-19. (Brasília, 2022b) Esta situação provocou os países a pensarem em suas habilidades para oferecerem respostas aptas e imediatas em defesa não apenas à saúde individual das pessoas, mas também a vida em sociedade e a garantia de seus direitos (Silva, et al. 2020).

Porém, as abordagens para o enfrentamento da pandemia foram diversas entre os países, assim como as ondas de infecção. Essa diversidade é decorrente de vários fatores, como a capacidade das redes de saúde, educação, proteção social, trabalho e renda, como também os recursos financeiros e até mesmo questões ideológicas. Assim, todos sofreram com o impacto, mesmo que de formas distintas. (Brasília, 2022a)

Em março de 2020, a pandemia chegou ao Brasil, avançando rapidamente em todo o território nacional. (Fernandes, 2020) Trouxe danos à vida da população não apenas na área de saúde pública, mas também no âmbito social e econômico - a respeito de desemprego, precarização do trabalho, fome e saneamento básico. (Silva, et al. 2020)

A maior parte dos recursos financeiros destinados à área da saúde no Brasil ficou concentrada no tratamento direto da Covid-19, envolvendo a criação de leitos, abertura de hospitais de campanha, compra de testes, respiradores, medicamentos

e, futuramente, vacinas. Resultando assim, na queda de investimentos em outros pontos de atenção das redes de saúde. Nota-se a falta de uma abordagem mais abrangente no setor de saúde, como investimentos na Atenção Primária para a prevenção da doença e dos agravos que afetaram inúmeras pessoas. (Brasília, 2022a)

A pandemia não só aumentou, como expôs a desigualdade social no Brasil, com o aumento da fome, trabalho precário, misérias, problemas de deslocamento e de habitação, dificuldades de acesso à educação e aos cuidados em saúde. Embora o país tenha toda uma estrutura estabelecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), não obteve uma abordagem organizada e planejada conjuntamente entre as diferentes esferas governamentais, contrariando os princípios do SUS, como também a legislação relacionada à saúde no Brasil. (Brasília, 2022a)

O Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) foi um grupo que ajudou com alguns esforços. (Brasília, 2022a) Como o "Painel Conass Covid-19", fornecendo diariamente dados atualizados sobre casos e óbitos relacionados à Covid-19 no Brasil, além da divulgação de informações pertinentes para a população sobre o contexto pandêmico. (Cieges, 2024)

Em meio às medidas de proteção ao vírus, o isolamento social apresentou-se como a principal entre elas, porém essa medida se torna inviável quando olhamos para os aspectos citados acima, presentes no cotidiano de comunidades em situação de vulnerabilidade social, sendo a maior parte da população de nosso país (Molina et al. 2020).

De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a transmissão da COVID-19 se encontrava, inicialmente, centralizada na população de classe média ou média-alta, advinda de viagens ao exterior e assim, infectando seus próximos. Porém, o vírus se propagou rapidamente em meio a população de baixa renda. Em função da falta de saneamento básico e acesso à direitos, a COVID-19 se alastrou em maior incidência nas populações em situação de vulnerabilidade, demonstrado no número de mortes consequentes da pandemia (Molina et al. 2020).

No Brasil, a população das zonas periféricas e do campo se encontra em um grande contexto de vulnerabilidade social, tendo dificuldades de acesso à justiça e a mínimos sociais necessários para enfrentar uma pandemia como a do coronavírus, lidando com seus desafios e sua consequente crise – tudo isso junto a uma

desigualdade social e econômica já enfrentada há tempos (Molina et al, 2020).

Além disso, a pandemia vem nos mostrando o fato de que quase a metade da população economicamente ativa se encontra no trabalho informal, não tendo acesso à proteção previdenciária e a direitos trabalhistas assegurados. Em 2020, 30,1 milhões de pessoas se encontravam sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou com carteira assinada, trabalhando por conta própria e vendo sua renda diminuir rapidamente, situação causada devido ao isolamento social (Souza; Júnior, 2020).

Refletindo a respeito dos impactos causados pela COVID-19 frente às populações de classe baixa, Horton (2020, p.1) nos apresenta o termo “sindemia” referindo-se a, nomeada, pandemia atual, caracterizada por “interações biológicas e sociais entre condições e estados, interações que aumentam a suscetibilidade de uma pessoa a prejudicar ou piorar seus resultados de saúde”. Considerar uma única saída e apenas biomédica para a pandemia da COVID-19 não seria eficaz, pensando em comunidades que necessitam de políticas e programas para exercerem, por completo, seus direitos e bem-estar (Horton, 2020).

Horton (2020, p.1), ressalta que

A crise econômica que avança em nossa direção não será resolvida com um medicamento ou uma vacina. Abordar a COVID-19 como uma sindemia convida a uma visão mais ampla, abrangendo educação, emprego, moradia, alimentação e meio ambiente. Ver a COVID-19 apenas como uma pandemia exclui um prospecto tão amplo, mas necessário.

Apesar da sindemia aparentar características universais, existem diferenças individuais e sociais, sendo que diversos grupos enfrentam diferentes níveis de vulnerabilidade considerando, principalmente, os determinantes sociais da saúde. Tornando, desta forma, as populações marginalizadas ainda mais suscetíveis aos efeitos negativos da sindemia. Por isso, a importância das ações pensadas neste contexto, em respeitar a dignidade e os direitos humanos. (Brasília, 2022b)

Como sinalizado por Lima (2023, p. 21),

O controle da Covid-19 hoje e, ao que tudo indica, nos próximos anos, ao lidarmos com seu impacto prolongado e com a perspectiva de novas emergências sanitárias, requer o aprofundamento da democracia e de

relações virtuosas entre direitos individuais e coletivos, os últimos de reconhecimento tardio, mas de importância crucial para o futuro da humanidade.

Segundo Nunes (2020, p.2) “a história da COVID-19 é feita de ações e omissões, ao longo das últimas décadas, que reduziram a capacidade dos sistemas de saúde de vigiar, conter e mitigar epidemias”. Essas ações e escolhas políticas não apenas agravaram a desigualdade econômica, como também aumentaram a vulnerabilidade de determinadas populações à doença e suas consequências. (Nunes, 2020)

Entende-se assim, que o enfrentamento da pandemia da COVID-19 inclui, não apenas o campo biológico e da saúde, como também o da economia, da política e a sociedade. (Cestari, 2021)

Como colocado anteriormente, a pandemia impactou sensivelmente os EES de modo geral, e impactou ainda mais aqueles constituídos por pessoas com sofrimento psíquico, uma vez que grande parte deles é ainda vinculada, de alguma forma, aos serviços de saúde mental que foram obrigados a paralisar as atividades realizadas em grupo e, conseqüentemente, as atividades das iniciativas de inclusão social pelo trabalho. Alguns destes grupos encontraram grande dificuldade para retomar suas atividades no período pós-pandêmico.

Além disso, a pandemia aumentou ainda mais a dificuldade de algumas parcelas da população acessarem o mundo do trabalho e, neste sentido, a Economia Solidária pode se apresentar como estratégia para este acesso.

Diante de tais questões, entendemos a necessidade de considerarmos o cenário pandêmico para as reflexões neste estudo.

Saúde Mental, Economia Solidária e Estratégias de Inclusão Social pelo Trabalho

A Economia Solidária por meio de seu processo revolucionário, abre portas para pessoas que sempre foram vistas com olhar estigmatizado, dando espaço para que sejam respeitadas, garantindo seus direitos e autonomia, podendo, assim, superar sua condição de excluídos (Singer; Souza, 2000). Dentre esses grupos de pessoas que fazem parte da Economia Solidária, estão também aqueles que utilizam os serviços de saúde mental. (Santiago; Yasui, 2015)

A Reforma Psiquiátrica, movimento que teve início, no Brasil, no final da década de 1970, surgiu de forma a questionar as práticas institucionais e médicas, como maus tratos e assistência escassa, buscando um modo de humanizar essa assistência e a inclusão social (Maciel et al., 2009). É um movimento de extrema importância para a inclusão de pessoas em sofrimento psíquico, trazendo assim, a mudança na forma de cuidado. Junto a isso, nos anos seguintes, a questão sobre a inclusão social pelo trabalho entra em pauta, surgindo, assim, propostas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental. (Morato; Lussi, 2015)

Uma das conquistas advindas da Lei 10.216/2001, que orientou a construção da atenção às pessoas em sofrimento psíquico pautada pela inclusão e fortalecimento dos laços sociais, por meio do resgate da autonomia dessas pessoas, junto aos vínculos familiares, cidadania, ao trabalho e espaços coletivos propiciados pela vida em comunidade, foi a articulação entre saúde mental e Economia Solidária como uma alternativa politicamente possível. (Santiago; Yasui, 2015)

Em 2004, o Ministério da Saúde junto ao Ministério do Trabalho e Emprego viabilizou a primeira Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho de Usuários da Saúde Mental, propiciando a parceria entre a Área Técnica de Saúde Mental e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, abrindo portas a novos movimentos de geração de renda e trabalho envolvendo as pessoas em sofrimento psíquico, tendo assim espaços para o diálogo entre políticas das duas áreas. (Morato; Lussi, 2015)

Guljor, Lima e Cruz (2020, p. 94) ressaltam a importância da articulação entre Economia Solidária e saúde mental:

As experiências de Economia Solidária em saúde mental não se restringem a busca de formas de geração de renda para uma clientela em sua maioria pertencente às franjas da sociedade. A construção do protagonismo, a ampliação das redes de apoio faz com que as estratégias de geração de renda e trabalho tenham lugar de destaque na Reforma Psiquiátrica. Desta forma, tem a potência de desconstrução do estigma de periculosidade e incapacidade atribuído às pessoas em sofrimento psíquico, principalmente as em maior vulnerabilidade social. A transformação do lugar social da loucura é permeado de modo intrínseco pelo trabalho em suas várias vertentes objetivas e subjetivas.

A Economia Solidária e o movimento antimanicomial nascem da luta contra a exclusão social e econômica. A Economia Solidária surge com a união de pessoas que não se adequam aos meios de produção capitalista. É uma prática que permite aos excluídos, juntos, construir empreendimentos e redes de trocas, resultando em uma sociedade solidária. A reforma psiquiátrica vem com a mesma perspectiva, sendo composta por aqueles que são contra os manicômios e querem construir meios para a inclusão social e econômica. (Brasil, 2005)

Assim, a articulação entre o movimento da reforma psiquiátrica e o movimento da Economia Solidária foi propício, pois os dois movimentos compartilham de princípios semelhantes. (Morato; Lussi, 2015)

A Economia Solidária possibilita às pessoas em sofrimento psíquico maiores meios de inclusão social quando participam de feiras, eventos, seminários e outras atividades pertencentes ao movimento. Além de significarem espaços onde há trocas de apoio e cuidado, sendo importante para que as pessoas em sofrimento psíquico sejam afirmadas como cidadãos e trabalhadores. (Morato; Lussi, 2015)

Quando abordamos as políticas públicas pensadas na inclusão social pelo trabalho, é essencial destacar a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), efetivada em 1972, que tem como objetivo fomentar o empreendedorismo e apoiar o desenvolvimento sustentável de pequenos negócios no Brasil. (Brasília, 2021)

Trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos, presente em todo o país, que oferece cursos, seminários, consultorias e assistência técnica para pequenos negócios em diversos setores (Brasília, 2021).

Outra estratégia de inclusão social pelo trabalho é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), que foi criado pela Lei nº 12.513/2011 em parceria com o Ministério da Educação (MEC). Ofertando de forma gratuita, a qualificação profissional para pessoas inscritas no CadÚnico, na modalidade “Bolsa Formação Trabalhador”. (Brasil, 2013b)

Assim, o PRONATEC é “estímulo ao retorno ao sistema educacional de pessoas (...) que necessitam de qualificação profissional para elevar suas chances de inclusão produtiva ou melhorar sua condição de inserção no mundo do trabalho.” (Brasil, 2013b, p. 7)

No ano de 2013, foi instituído o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social (Pronacoop Social), através do Decreto

Nº 8.163, de 20 de dezembro de 2013, tendo como objetivo a promoção da inclusão social e econômica de pessoas em vulnerabilidade, apoiando e desenvolvendo cooperativas sociais - oferecendo suporte técnico, financeiro e de gestão para que possam atuar de forma sustentável e eficiente. (Brasil, 2013a)

Outras importantes estratégias de inclusão de pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, são os programas de transferência de renda, tendo alguns o objetivo de inclusão no mundo do trabalho. Originados na década de 1990 em alguns países da América Latina, como o Brasil (Souza, 2020), são políticas sociais que visam o combate à pobreza e a redução das desigualdades em países em desenvolvimento, como também, a melhoria do bem-estar das famílias e a promoção da inclusão social. (Resende; Oliveira, 2008)

Um exemplo de programa de transferência de renda elaborado em nosso país, no município de Campinas, seria o Bolsa-Escola, um dos pioneiros desta política, direcionado a famílias pobres com crianças em idade escolar. Outro benefício relacionado à esses programas é a redução do trabalho infantil, visto o aumento da frequência escolar e no índice de matrículas com o advento do Bolsa-Escola. (Resende; Oliveira, 2008)

No município de Araraquara, localizado no interior do estado de São Paulo, existem dois programas de transferência de renda com objetivo de inclusão no trabalho, o “Bolsa Cidadania” e o “Programa de Incentivo à Inclusão Social” (PIIS). (Brasil, 2019)

O Bolsa Cidadania, iniciado em 2019, tem como objetivo garantir uma renda mínima à população, facilitando a inclusão produtiva para reduzir o impacto da exclusão social no município, direcionando-se a pessoas ou famílias em situações de extrema vulnerabilidade ou risco social. (Brasil, 2019)

O Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS), estabelecido em 2017, tem como objetivo promover a inclusão social, oferecer oportunidades de trabalho, desenvolver habilidades profissionais e gerar renda aos seus sujeitos alvo, sendo eles, pessoas do município que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos sociais. (Araraquara, 2017)

Como apontado anteriormente, a pandemia trouxe diversas mudanças nas formas de organização da população, porém, essas mudanças acabaram por fortalecer a manutenção das vulnerabilidades sociais já existentes, colocando muitas pessoas em situações de maior vulnerabilidade (Lima; Melo; Perpétuo,

2021), além de exacerbar os problemas de saúde mental da população.

Segundo Tausch et al. (2022, p. 5) o aumento na demanda de saúde mental relaciona-se ao isolamento social, o medo do contágio, as perdas, incluindo a perda de familiares, perda do emprego e renda e inseguranças em relação ao futuro.

De acordo com Tausch et al. (2022, p. 7), ao menos $\frac{1}{4}$ dos países reportaram pelo menos 75% de interrupções, sejam parciais ou totais, de atendimentos em saúde mental durante a pandemia. Assim, muitas pessoas ficaram sem o acesso ao atendimento em saúde mental, pessoas que já faziam tratamento ou aqueles que ainda não faziam, porém não encontraram apoio no momento. Fato que foi percebido também em nosso país. (Tausch, 2022)

Segundo Molina et al. (2020) para as pessoas em sofrimento psíquico, o impacto emocional em relação ao isolamento social decorrente da pandemia é muito mais significativo, visto o reforço à exclusão social que já enfrentam. Desta forma, ressaltamos as dificuldades vivenciadas pelas iniciativas de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental em função da pandemia.

Considerando estes pressupostos, apresentamos as questões de pesquisa que impulsionaram a realização deste estudo: Quais as expectativas de usuários de serviços de saúde mental de Araraquara para um possível retorno ao trabalho no contexto pandêmico e pós-pandêmico? Como os programas de transferência de renda do município de Araraquara e a Economia Solidária podem auxiliar os usuários de serviços de saúde mental na inclusão no trabalho? Quais os impactos da participação dos usuários dos serviços de saúde mental em capacitação em Economia Solidária na expectativa de retorno ao trabalho?

Assim, este estudo pretendeu analisar e refletir junto aos usuários dos serviços de saúde mental de Araraquara, seus históricos ocupacionais, além de compreender suas expectativas em relação a um possível retorno ao trabalho na perspectiva da Economia Solidária, e quais as facilidades e as dificuldades encontrados para a inclusão no trabalho para os participantes de programa de transferência de renda.

Para tratar do tema deste estudo, entendemos como fundamental a apresentação sobre os princípios e as potências da autogestão, uma vez que tanto esta quanto a Economia Solidária promovem a participação democrática das pessoas, estimulando seu protagonismo e sendo ferramentas extremamente importantes para a inclusão social por meio do trabalho de pessoas que são

excluídas dos meios de produção capitalista, construindo não apenas a autonomia das mesmas, como também relações sociais mais justas e solidárias.

Assim, a seguir, apresentamos um tópico sobre a autogestão.

2. AUTOGESTÃO

A autogestão pode ser definida como um composto de práticas sociais em que a tomada de decisões é baseada na democracia, favorecendo a autonomia dos indivíduos. A autogestão é um modelo de gestão que abrange tanto o âmbito social quanto o empresarial, mas, acima de tudo, representa uma crítica radical e uma proposta para uma nova forma de gestão autônoma da sociedade como um todo, permitindo que pessoas socialmente excluídas desenvolvam atributos importantes para sua emancipação. (Albuquerque, 2003)

A ideia da autogestão vai além da economia e abrange diferentes áreas da sociedade, como a educação e a política global. Buscando a descentralização do poder e uma maior democratização das decisões, têm por objetivo permitir que os indivíduos tenham maior controle e capacidade de escolha sobre suas vidas e sobre as estruturas nas quais estão inseridos. (Albuquerque, 2003)

Na América Latina, o termo autogestão é abordado com outras terminologias, mas todas elas se referem ao mesmo fenômeno político e sociocultural. Um exemplo disso seriam as reflexões de Mariátegui, um dos principais teóricos do marxismo que compreende o espírito autogestionário nos Andes, onde não encontramos a palavra autogestão. Este fato ocorre também nas obras de Aníbal Quijano, Rene Mercado Zavaleta, Orlando Fals Borda, algumas obras recentes de Álvaro Linera e dentro do contexto dos coletivos indígenas, nos quais, alguns, utilizam a palavra autodeterminação, termo que compreende as reivindicações culturais, políticas e econômicas. (Nascimento, 2022)

No Brasil, são autores e intelectuais como Paul Singer, Mario Pedrosa, Michel Lowy e Cláudio Nascimento que vão dar espaço a esse debate. Com profunda influência de Rosa Luxemburgo, carregam ideais anticapitalistas, anticolonialistas, baseados na valorização dos saberes populares e comunitários, com objetivo de resgate e liberdade da classe explorada. Esses princípios foram incorporados por Paul Singer em sua militância por uma Economia Solidária, justa e autogestionária, na qual os próprios sujeitos serão autores de sua inclusão no mundo do trabalho, gerando emancipação e transformação social. (Nascimento, 2022)

Tão intensamente, a Economia Solidária e a autogestão, por meio de seus processos revolucionários e a quebra com as práticas autoritárias de poder, proporcionam a inclusão social e autonomia dos indivíduos. Assim, são aparatos

importantes para a conquista da cidadania das pessoas em sofrimento psíquico visto o reforço à exclusão social e privação de direitos que enfrentam. (Lussi, 2009)

2.1 Princípios da autogestão

A dominação da economia capitalista, por meio de um sistema exploratório e desumano, é responsável por sérios problemas quando se diz respeito à sociedade e ao nosso planeta. O primeiro deles, resultante de sua própria natureza, diz respeito a transformar o trabalho em uma atividade de exploração e alienação, que busca o aumento da produtividade de bens e serviços, passando a ser desinteressante e extremamente cansativo para a maioria dos trabalhadores. As pessoas passam a ser estimuladas ao consumo em excesso, sem necessidades legítimas, levando a um ciclo de falta de uma real satisfação. Assim, esse movimento proporciona benefícios para uma minoria, enquanto aterroriza os demais com a exclusão do mundo do trabalho ou sua precarização. (Cattani, 2003)

O segundo problema, refere-se a intensificação das desigualdades. Apesar da população estar produzindo cada vez mais bens e serviços que podem ser benéficos para todos, não quer dizer que o acesso e o desfrute dos mesmos sejam iguais para o coletivo. Para a pequena parcela que concentra um grande percentual de riqueza, as elites dominantes, as desigualdades são processos naturais, devido ao maior esforço de alguns e a falta de vontade de outros. Esse conceito de meritocracia acaba por legitimar as ações de exclusão e eliminação social dos considerados “menos capazes”. (Cattani, 2003)

Por último, temos os riscos associados à continuidade da vida do planeta Terra e de sua população conseqüente da intensificação do sistema econômico capitalista. Com a exploração excessiva dos recursos naturais, os males advindos da expansão industrial ameaçam a vida do meio ambiente. A natureza, reagindo às diversas agressões humanas, acaba por gerar catástrofes conseqüentes dos desequilíbrios ecológicos, que abalam o mundo todo (Cattani, 2003). Assim, como diz Nascimento (2022), o pecado original do capitalismo é tratar como mercadoria o que, a rigor, não o é.

Mas como coloca Cattani (2003), se foi possível avançar em outras épocas sob condições mais adversas, podemos contentar-nos, hoje, com menos do que já foi sonhado e conquistado no passado?

No decorrer da história, percebemos que a união dos proletários e sua identificação com as linhas da (auto)emancipação se dá em meio às grandes crises revolucionárias (Lowy, 1970). Renault, Dumenil e Lowy (2011, p. 39) nos trazem a ideia de práxis revolucionária:

É apenas por sua própria práxis revolucionária, por sua experiência na ação, por seu aprendizado prático, por sua autoeducação na luta, que a classe “subversiva” pode não só romper o poder das classes dominantes, mas também transformar a si mesma, se livrar da podridão que pesa sobre as consciências.

Diante das lutas dos trabalhadores e do movimento operário, podemos relacionar, desde sua origem, as experiências da autogestão, sendo elas, parte de uma prática social construída no decorrer dos anos, tendo base histórica e social bem estabelecidas (Albuquerque, 2003). Após muitos anos de uma economia baseada no sistema capitalista, a sociedade atual, sendo mais exigente e intelectualmente avançada, demanda um outro modo de produção, uma outra economia, mais justa, aperfeiçoada e respeitosa com os seres humanos. O sentimento de cooperação e solidariedade, o respeito com as diversas formas de vida, a generosidade, a partilha e o consumo consciente tomam o lugar da competitividade e trabalho exploratório. A ideia é de uma economia mais humana (Cattani, 2003).

Segundo Albuquerque (2003, p. 24), a autogestão

Deve ser entendida como um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a ação intencional e convergente de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas aos destinos do grupo são diretamente tomadas por quantos participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade (empresa, escola, bairro, etc).

Assim, são reconhecíveis duas ideias essenciais que envolvem o conceito de autogestão. A primeira delas, pensada em promover aos envolvidos uma participação mais justa e antiautoritária, superando a separação entre quem toma as decisões e quem apenas segue as ordens. E segundo, considerando a autonomia

do coletivo sem interferência de juízos externos, tendo a liberdade de escolha com base nas próprias necessidades e objetivos. (Albuquerque, 2003)

Quando falamos em tal prática, nos deparamos com diversos aspectos, sejam eles positivos ou negativos, referentes à gestão e também às consequências econômicas dos empreendimentos. Como aspectos positivos podemos citar a expansão da capacidade produtiva dos trabalhadores, visto que se encontram em um ambiente mais democrático. Eles se preocupam com a qualidade da sua produção, tendo uma visão mais positiva do trabalho e, assim, uma maior responsabilidade perante a gestão do empreendimento – os motivando a ter mais dedicação e, assim, o aumento de seus rendimentos. Na autogestão, o apoio entre os trabalhadores é mútuo, não existindo o confronto tradicional entre patrão e empregado e sim uma responsabilidade compartilhada. A comunicação e a participação entre todos são facilitadas, havendo uma maior eficácia organizacional. (Albuquerque, 2003)

Ao olharmos para os aspectos negativos e os desafios da autogestão nos deparamos com a falta, entre os membros do empreendimento, de uma cultura autogestionária – se existem relações de poder, a autogestão se torna limitada nesses espaços (Liboni; Pereira, 2002). Prevalendo até então “uma democracia baseada somente na contagem dos votos, e não num espaço de discussão e num debate democrático”. (Rigo, 2009, p.124)

Também, a autogestão acaba por exigir um esforço a mais dos trabalhadores, visto que todos necessitam se preocupar com todos os problemas relacionados ao seu empreendimento. Isso gera bons resultados em cumprir prazos, atingir objetivos ou eliminar algum defeito identificado em algum produto. Porém, ao se tratar de resolução de conflitos, ter que participar de reuniões extensas ou apontar prós ou contras relacionados a seus companheiros, gera um esforço que, muitas vezes, se torna desgastante e até acarreta o desinteresse pelos sócios (Singer, 2002).

Rosa Luxemburgo, tão grande e complexa em sua história e seu legado, que sua vida e obras são temas de diversos trabalhos, faz com que cada autor ou grupo político tenha sua própria interpretação diante ao movimento do luxemburguismo, destacando diferentes aspectos de suas composições inquietantes, tal como “o espontaneísmo, a firmeza revolucionária, a sensibilidade democrática” (Lowy, 1979, p. 202).

É notório a importância de Rosa Luxemburgo quando se trata da consciência

das novas gerações de militantes nas lutas contra o neoliberalismo e as práticas abusivas de poder. Ouvina (2020), se referindo à América Latina, diz ser “uma imensa escola a céu aberto, habitada por povos que resistem a violência, exploração sem deixar de ensaiar em paralelo e com alegre rebeldia propostas de autogoverno, poder popular e vida digna em seus territórios.” (Ouvina, 2020, p.14)

Paul Singer (2009, p. 24) sinaliza a força de Rosa Luxemburgo na luta dos trabalhadores e sua semelhança com o movimento da Economia Solidária:

Para Rosa, quem dirige a revolução é o que ela chama as massas; são os próprios trabalhadores, os homens, as mulheres, os camponeses, os jovens. Na crítica de Rosa à Revolução Russa, essa visão das massas calou fundo em mim, e eu a reencontrei na Economia Solidária.

A Economia Solidária se identifica como uma forma de resistência contra o capitalismo, através da inclusão social, tem como pilares a solidariedade, o trabalho coletivo, a autogestão e a geração de atividade econômica. (Silva, 2009)

Tão intensamente, a Economia Solidária e a autogestão, por meio de seus processos revolucionários e a quebra com as práticas autoritárias de poder, proporcionam a inclusão social e autonomia dos indivíduos. (Lussi, 2009) Em sociedades mais igualitárias e democratizadas, as pessoas se conhecem mais e são mais livres, tendo mais condições para seu autoconhecimento e, assim, ao autogoverno. (Nascimento, 2022)

2.2 A potência da autogestão nos processos de inclusão social pelo trabalho

A Economia Solidária e autogestão trazem consigo a emancipação dos trabalhadores, que para além de se sentirem responsáveis por seu empreendimento e tomada de decisões, adquirem mais conhecimento sobre seus direitos, se apropriando sobre seu lugar nas deliberações sociais, políticas e econômicas de sua comunidade e país. Questão importante quando olhamos para populações excluídas socialmente e sua busca por emancipação e inclusão social. (Ferreira, 2015)

Por emancipação social, Ferreira (2015, p.34) entende como

Meio de globalização contra hegemônico constituída por alianças locais-globais entre grupos sociais que lutam contra a exclusão, a exploração e a opressão produzidas pela globalização hegemônica neoliberal. Tais lutas traduzem-se na criação de alternativas à lógica monolítica e excludente do capitalismo global, espaços de participação democrática, de produção não capitalista de bens e serviços, de criação de conhecimentos emancipatórios, de promoção de trocas culturais pós-coloniais e de novas solidariedades internacionais.

De acordo com Lussi, Leão e Dimov (2022), a autogestão praticada nos empreendimentos econômicos solidários possibilita processos de emancipação social. Para as autoras, a autonomia, a liberdade e o engajamento nos processos de produção, que fazem parte do cotidiano dos empreendimentos, bem como a participação nas feiras de Economia Solidária e no próprio movimento de Economia Solidária vão, pouco a pouco, abrindo espaço para a ampliação da participação e da emancipação social.

Argumentamos que, acrescentado aos aspectos supracitados, a prática das decisões coletivas contribui, sobremaneira, nos processos de emancipação social.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivos gerais

Identificar quais as expectativas de usuários de CAPS II e CAPS AD sobre um possível ingresso ou retorno ao trabalho na perspectiva da Economia Solidária; e quais as facilidades e as dificuldades encontradas para a inclusão no trabalho para os participantes de programa de transferência de renda.

3.2 Objetivos específicos

- Investigar o histórico ocupacional dos usuários de CAPS II e CAPS AD de Araraquara que têm perfil para a inclusão no trabalho;
- Identificar o grau de aptidão destes usuários para o trabalho coletivo e autogestionário.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa é caracterizada como uma pesquisa de campo, de natureza exploratória com uma abordagem qualitativa.

A fim de melhor alcançar os objetivos mencionados anteriormente, optou-se pela abordagem qualitativa, uma vez que, essa abordagem não se preocupa com representatividades numéricas, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, organização, entre outros. (Gerhardt; Silveira, 2009)

Em relação ao procedimento, o estudo adotou a pesquisa de campo, pois foi realizada de acordo com a perspectiva de Gil (2007, p.53), ou seja, “desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.”

Trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que, conforme Gil (2007, p.41) esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao estudado.”

4.1 Contextualização da pesquisa

Este estudo desenvolveu-se no âmbito do projeto de extensão “Assessoria para implantação de EES do campo da saúde mental no município de Araraquara”, parceria do município de Araraquara e seus serviços de saúde mental e Economia Solidária com o Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária e o Departamento de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de São Carlos.

O projeto tem como objetivo assessorar as equipes de saúde mental e de Economia Solidária de Araraquara para a implantação de empreendimento econômico solidário (EES) com a participação de pessoas em sofrimento psíquico e pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas. Para tal, foi desenvolvida uma capacitação em Economia Solidária com usuários dos CAPS II e CAPS AD do município.

A metodologia de trabalho deu-se por meio de dois encontros semanais com

usuários do CAPS II e CAPS AD do município de Araraquara ao longo dos meses de junho a outubro de 2023, totalizando cinco meses de atividades. Os encontros foram conduzidos pela equipe do projeto de extensão, e contou também com a participação de uma profissional de cada CAPS e um profissional da Coordenadoria do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária.

Os encontros foram realizados no Espaço Kaparaó que é um centro de capacitação social e profissional e conta com espaço especializado para a realização desse tipo de capacitação, como cozinha profissional, sala de costura, sala de computação e horta. Além disso, o Espaço Kaparaó abriga a Coordenadoria do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, e a Incubadora Pública de Cooperativas.

As reuniões da equipe foram realizadas mensalmente, em encontros majoritariamente virtuais, com a participação da equipe do projeto e das gestoras de saúde mental e de Economia Solidária, além de profissionais das equipes dos serviços de saúde mental e da Economia Solidária de Araraquara.

A capacitação em Economia Solidária foi desenvolvida em três etapas:

Etapa 1: Formação e sensibilização para a Economia Solidária e empreendimentos econômicos solidários;

Etapa 2: Elaboração do Plano de Negócios Solidários;

Etapa 3: Orientações para formalização de empreendimentos econômicos solidários e início de execução do Plano de Negócios Solidários.

Na primeira etapa houve a sensibilização dos usuários dos CAPS II e CAPS AD para a Economia Solidária e empreendimentos econômicos solidários. A equipe realizou esse primeiro momento por meio de dinâmicas que tinham o objetivo de criar a identidade de grupo, além disso, as dinâmicas propiciaram o compartilhamento de conhecimentos prévios dos participantes sobre a Economia Solidária e aprendizagem sobre o tema.

Nas Etapas 2 e 3, foi elaborado o Plano de Negócios Solidários em conjunto àqueles que permaneceram no grupo desde a Etapa 1. Por meio de oficinas foram experimentadas diferentes práticas para que o grupo decidisse a atividade produtiva e sobre o Empreendimento Econômico Solidário, como o processo envolvendo o marketing, nome do EES, precificação, funções que cada integrante gostaria de exercer e articulações para a venda do produto.

Todas as atividades foram desenvolvidas com base no princípio da

autogestão. Desta forma, todo o processo foi autogestionário e, assim, a formação em autogestão se deu na prática.

Durante a realização da terceira etapa, a Coordenadoria do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária lançou um edital para seleção de EES a serem incubados pela Incubadora Pública de Cooperativas. O grupo, que já estava constituído e coeso, decidiu participar e foi selecionado no processo para pré-incubação de EES.

A pesquisadora se inseriu no projeto logo em seu início, participando ativamente da Etapa 1 do trabalho e criando vínculo com os mesmos.

Importante ressaltar que todos os usuários do CAPS AD e CAPS II que participaram da capacitação foram convidados para participar desta pesquisa compondo o grupo de usuários dos serviços de saúde mental com perfil para inclusão no trabalho e que atualmente se encontram fora do mundo do trabalho (Grupo 1), como descrito no próximo tópico.

4.2 Participantes

Participaram do estudo 09 usuários do CAPS II e do CAPS AD de Araraquara com perfil para inclusão no trabalho e que estão, atualmente, excluídos do mundo do trabalho, que serão identificados como Grupo 1, e 02 usuários do CAPS AD inseridos nas atividades de capacitação profissional proporcionadas pelo programa de transferência de renda “Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)”, que serão identificados como Grupo 2.

Os participantes do Grupo 1 foram indicados pelas equipes dos serviços de saúde mental, CAPS II e CAPS AD, as quais acompanham o tratamento de todos os usuários, sendo assim aptas para identificar quais se encontram com perfil para a inclusão no trabalho.

Os participantes do Grupo 2 foram indicados pela equipe da Coordenadoria do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, após levantamento dos usuários do CAPS AD e CAPS II que estão inseridos no programa de transferência PIIS.

Não foi considerado como critério de inclusão ter alguma experiência de trabalho anterior, seja ela no mercado de trabalho nos moldes capitalista ou da Economia Solidária.

Assim, para a seleção dos participantes do Grupo 1 foram adotados os

seguintes critérios de inclusão:

- Ser assistido pelo CAPS AD ou CAPS II do município de Araraquara;
- Ter 18 anos ou mais;
- Apresentar perfil para inclusão no trabalho;
- Aceitar participar da pesquisa de forma voluntária;
- Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a seleção dos participantes do Grupo 2 foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

- Estar incluído em um dos programas de transferência de renda - “Bolsa Cidadania” ou “Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)”;
- Ser assistido pelo CAPS AD ou CAPS II do município de Araraquara;
- Ter 18 anos ou mais;
- Aceitar participar da pesquisa de forma voluntária;
- Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4.3 Campo de estudo

O campo do estudo foi composto pelos CAPS AD e CAPS II do município de Araraquara/SP, além do espaço KAPARAÓ. Como citado anteriormente, este é um espaço que oferece cursos de qualificação profissional de forma gratuita à população em parceria com outras instituições, visando a promoção de geração de trabalho e renda, e também são oferecidos os cursos para os beneficiários dos programas de transferência de renda PIIS e Bolsa Cidadania.

O Programa de Transferência de Renda e Incentivo à Inclusão Produtiva - “Bolsa Cidadania”, foi implantado em 2019, sob coordenação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e da Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico, através da Coordenadoria Executiva do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária e procura garantir o direito à renda mínima à população e propiciar a inclusão produtiva, amenizando o impacto da exclusão social. A rede de atenção básica da Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social vem observando um aumento dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no município de Araraquara. (Brasil, 2019)

O Bolsa Cidadania entende como pessoas em situação de vulnerabilidade, aquelas que enfrentam fragilidades pessoais e sociais devido à impossibilidade de

gerar renda e às mudanças naturais ou sociais de vida. E aquelas em situação de risco social, pessoas que estão impossibilitadas de exercer seus direitos. (Brasil, 2019)

Assim, os objetivos do programa Bolsa Cidadania são:

- Promover ao público alvo acesso a seus direitos;
- Garantir o cumprimento e efetivação das leis federais e da política pública de assistência social;
- Promover qualidade de vida e autonomia junto ao fortalecimento de vínculos familiares e convivência comunitária, a partir de atividades e ações socioeducativas;
- Promover estratégias de qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho por meio de cursos de qualificação profissional e estimular a inserção dessa população no mercado de trabalho. (Brasil, 2019)

Para que as pessoas possam se inserir no programa é necessário que apresentem condições de extrema vulnerabilidade social e/ou situação de extremo risco social, sendo necessário aceitar participar dos serviços que são oferecidos pela Política Pública de Assistência Social e das ações de Incentivo à Inclusão Produtiva. (Brasil, 2019)

Os requisitos para se inserir no programa são:

- Cadastro atualizado no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais;
- Estar em acompanhamento pelos equipamentos públicos de assistência social ou pelas entidades da rede socioassistencial registradas nos conselhos municipais de garantia de direitos;
- Renda per capita que corresponde a até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo;
- Presença de condições de vida que têm como consequência a exposição a riscos pessoais e/ou sociais comprovadas pelos técnicos da Política Municipal de Assistência Social. (Brasil, 2019)

O Bolsa Cidadania pode complementar programas de transferência de renda ou outros programas do governo que estejam em vigor no município de Araraquara, desde que não haja prejuízo por parte do beneficiário. (Brasil, 2009)

O Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS), criado em 2017, é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico.

Tem como objetivo principal propiciar inclusão social, ocupação, qualificação profissional e renda para seus sujeitos alvo (Araraquara, 2017)

O programa é destinado aos adolescentes que estejam ou tenham cumprido medida socioeducativa e pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, como adultos sem qualificação e experiência profissional, pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas, população em situação de rua, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência e egressos do sistema prisional. (Araraquara, 2017)

As ações do PIIS são realizadas junto à Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico, que faz o encaminhamento das pessoas para o Espaço Kaparaó, sendo esse um centro de capacitação social e profissional que visa atender jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, propiciando, por meio da capacitação e qualificação, a formação profissional de acordo com o potencial de cada um. (Araraquara, 2021a) Já a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Araraquara tem por objetivo a formulação de políticas públicas relativas à qualificação profissional, além de apoio, incentivo, fomento e expansão das diversas cadeias econômicas da cidade. (Araraquara, 2021b)

As ações consistem principalmente em:

- Oferecer cursos de capacitação, com atividades teóricas e práticas;
- Preparar e estimular a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho;
- Promover o acesso à educação básica, através de meios para garantir a permanência e conclusão do ensino regular, estimulando a educação de jovens e adultos;
- Oferecer a bolsa auxílio para os beneficiários. (Araraquara, 2017)

Para ser inserido no programa a pessoa maior de dezoito anos deverá:

- Estar desempregada e não ser beneficiária do seguro-desemprego, da Previdência Social pública ou privada ou de qualquer outro programa municipal de apoio financeiro;
- Residir na cidade de Araraquara, pelo menos, nos dois últimos anos da data de seu cadastramento no PIIS;
- Estar cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; (Araraquara, 2017)

4.4 Instrumentos para coleta de dados

Para a coleta de dados foram utilizados três instrumentos, sendo um protocolo de informações pessoais e de trabalho ou ocupação para todos os participantes da pesquisa (Apêndice A) e dois roteiros de entrevista semiestruturada, um para o grupo de participantes aptos para a volta ao trabalho - Grupo 1 (Apêndice B) composto por dez questões abordando aspectos de seus históricos ocupacionais e as expectativas em relação a um possível ingresso ou retorno ao trabalho nos moldes da Economia Solidária e outro para o grupo com participantes do PIIS - Grupo 2 (Apêndice C), também contendo dez questões discutindo os temas sobre seus históricos ocupacionais, facilidades, dificuldades e desafios no retorno ao trabalho promovido pela inserção nos programas de transferência de renda.

Além desses três instrumentos, foi utilizado também um diário de campo para as anotações referentes aos encontros realizados durante a capacitação em Economia Solidária com usuários dos CAPS II e CAPS AD do município que compuseram o Grupo 1 da pesquisa. Assim, após a realização de cada encontro foram registradas, no diário de campo, algumas falas dos participantes durante as atividades, bem como reflexões e impressões da pesquisadora.

Validação do Protocolo de Informações Pessoais e dos Roteiros de Entrevista Semiestruturada

Visando uma melhor adequação dos instrumentos de pesquisa para alcance dos objetivos da mesma, o protocolo de informações e os roteiros de entrevista semiestruturada foram submetidos a um comitê de juízes composto por especialistas do campo de saúde mental e Economia Solidária, ou seja, profissionais que atuam no campo e pesquisadores sobre o tema.

O convite foi enviado a doze especialistas da área via correio eletrônico. Nesse primeiro contato foi realizada a descrição do projeto, esclarecendo seus objetivos.

Dez dos doze especialistas convidados responderam o e-mail, aceitando participar do estudo.

Assim, para os dez especialistas que aceitaram participar da pesquisa, foram encaminhados a carta convite e os instrumentos para a coleta de dados. Na carta convite, foi solicitado aos especialistas que avaliassem se as perguntas eram pertinentes e adequadas ao tema, abrangendo tanto o conteúdo, a abordagem e a forma de apresentação.

Foi incentivado para que fizessem uma análise minuciosa de cada item e que emitissem e justificassem a opinião. Foi dada total liberdade para sugestões de alteração, supressão, adição, modificação de vocabulário, comentário e demais contribuições. Para isso, foi estipulado um prazo de entrega de 20 dias para devolução.

Para os dois especialistas que não responderam ao email, o convite foi reenviado, porém não houve retorno dos mesmos. Sendo assim, o comitê de juízes que analisou os instrumentos foi composto por dez integrantes.

Após a devolutiva dos dez juízes, as sugestões foram analisadas e realizados os ajustes. Os instrumentos foram, então, concluídos em formato WORD, para serem utilizados na coleta de dados presencialmente com as pessoas que aceitaram participar da pesquisa.

4.5 Procedimentos

4.5.1 Aspectos Éticos

A pesquisa aderiu aos princípios éticos fundamentais, assegurando às pessoas que não fossem expostas a riscos, além de não haver discriminação na escolha dos participantes, levando em conta a avaliação entre riscos e benefícios, o consentimento dos participantes e a preservação da privacidade. (Gerhardt, Silveira, 2009)

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) foi preenchido de forma presencial por todos os participantes, assegurando aos mesmos que os dados seriam utilizados apenas para fins da pesquisa e garantindo o anonimato dos participantes (Gerhardt, Silveira, 2009).

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tendo sido aprovado em 09/12/2022, sob o parecer número nº 5.805.205 (ANEXO D). Somente após a

aprovação foi iniciada a coleta de dados.

4.5.2 Coleta de dados

Contato com as equipes envolvidas no estudo

Inicialmente fizemos contato com as equipes de saúde mental do município de Araraquara - CAPS AD e CAPS II e com os profissionais da Coordenadoria do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária.

O primeiro contato com as equipes foi por meio do projeto “Assessoria para implantação de Empreendimentos Econômicos Solidários do campo da saúde mental no município de Araraquara”, coordenado pela Prof^a Dr^a Isabela Aparecida de Oliveira Lussi, no qual a pesquisadora foi inserida desde o início deste estudo.

Durante as reuniões virtuais do projeto, a Prof^a Dr^a Isabela Aparecida de Oliveira Lussi apresentou a proposta da atual pesquisa para as equipes, as quais aprovaram a realização do estudo e a participação da pesquisadora no projeto.

Em paralelo à participação nas reuniões de equipe foi realizado o contato com a Escola de Governo do município de Araraquara, sendo esta a instituição responsável pela organização dos fluxos de apoio aos processos de pesquisa requisitados aos órgãos da administração pública do município, a fim de obter a autorização para a realização do estudo.

O contato inicial foi através de correio eletrônico e o encaminhamento dos documentos necessários aconteceu presencialmente no endereço correspondente, na Prefeitura Municipal de Araraquara

Após autorização, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar. Com o parecer em mãos, foi retomado contato com a Escola de Governo, tal como exigido inicialmente por este órgão, para autorização do início da coleta de dados. Após sinalização positiva da Escola de Governo, foi realizado o contato com as equipes de saúde mental de Araraquara para levantamento dos usuários com perfil para participar da pesquisa (Grupo I). Também foi realizado contato com a equipe da Coordenadoria do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária para identificação de usuários dos CAPS II e CAPS AD que estavam participando do programas Bolsa Cidadania e PIIS.

Contato com os participantes

Primeiramente, foi realizado contato com os participantes que tinham perfil para inclusão no trabalho, mas atualmente, se encontram excluídos do mundo do trabalho (Grupo 1).

Assim, após as equipes de saúde mental realizarem o levantamento dos usuários com perfil para participar da pesquisa foi combinado com as gestoras do CAPS AD e CAPS II, visitas nos serviços com o objetivo de criação de vínculo com as pessoas para dar início ao processo de coleta de dados.

O contato com os possíveis participantes da pesquisa começou no dia vinte e três de junho de 2023. Por meio das visitas, a pesquisadora foi convidada a participar de grupos de atividades e diferentes oficinas que aconteciam no espaço do CAPS AD e do CAPS II, onde pôde conhecer melhor os usuários que frequentavam ambos os serviços de saúde mental.

Após três semanas de participação foi feita a apresentação do projeto de extensão e o convite para que todos os usuários que se sentissem interessados, participassem da primeira reunião do projeto no Espaço Kaparaó, onde todos os encontros e a coleta de dados foram realizados no decorrer dos meses.

Foi feito o convite para participação na pesquisa a todos os usuários presentes na reunião de apresentação do projeto “Assessoria para implantação de EES do campo da saúde mental no município de Araraquara”. Aqueles que aceitaram participar constituíram o Grupo 1

Após, foi feito o contato com as pessoas incluídas nos programas de transferência de renda municipais (Grupo 2).

A tentativa de contato com os beneficiários do Bolsa Cidadania não se mostrou bem sucedida, uma vez que a pesquisadora obteve a informação, pelas equipes de saúde mental e de Economia Solidária de Araraquara, de que havia um grande número de novos inscritos, cerca de cento e cinquenta somente no ano de 2023.

Por não ter tempo hábil, visto contratempos no decorrer da realização da pesquisa, para entrar em contato com um profissional que pudesse intermediar a ligação entre a pesquisadora e os potenciais participantes que deveriam ser usuários do CAPS II ou do CAPS AD, optamos por realizar o estudo apenas com os beneficiários do Programa de Transferência de Renda “Programa de Incentivo à

Inclusão Social” do município de Araraquara.

Assim, foi realizado o contato com as pessoas inseridas no PIIS por meio da equipe da Coordenadoria do Trabalho e de Economia Criativa e Solidária, visto que esta é responsável pelos cursos ofertados no Programa no Espaço Kaparaó. Foi feito o levantamento de pessoas com o perfil para participar da pesquisa, sendo indicadas quatro pessoas, todas usuárias do CAPS AD, pois não havia usuários do CAPS II inseridos no programa de transferência de renda.

Na sequência, a pesquisadora entrou em contato com essas quatro pessoas durante a realização das atividades de capacitação profissional proporcionadas pelo programa de transferência de renda PIIS realizadas no Espaço Kaparaó, de segunda e sexta-feira.

O convite para todos os participantes de ambos os grupos foi feito pessoalmente e a etapa da coleta de dados que envolvia a aplicação do protocolo e da entrevista ocorreu de forma individual e presencialmente, em dia, horário e local pré-definidos, com as pessoas que aceitaram participar da pesquisa. No total, onze pessoas aceitaram participar do estudo. Sendo nove do grupo de pessoas com perfil para inclusão no trabalho (Grupo 1) e duas pessoas inseridas no PIIS (Grupo 2).

No início da coleta foi entregue a cada um dos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foi feita uma explicação de como seria a coleta de dados e uma introdução sobre o que era o TCLE. Após o participante assinar as duas vias do documento deu-se início ao preenchimento do protocolo de informações em conjunto, pesquisadora e participante, e logo após foi feita a entrevista. Cabe ressaltar que, para o Grupo 1, a assinatura do TCLE se deu no início do processo de capacitação em Economia Solidária, uma vez que a coleta de dados também ocorreu a partir dos encontros; e o preenchimento do protocolo e a realização da entrevista, foram realizados ao longo dos encontros.

Os dados oriundos do roteiro de entrevista semiestruturada foram gravados e transcritos na íntegra, após a transcrição foi feita adequação às regras de concordâncias verbal e gramatical para posterior análise dos mesmos.

4.6 Análise de dados

A análise dos protocolos de informações pessoais e de trabalho ou ocupação se deu de forma descritiva, sendo realizada separadamente a partir dos dois grupos:

Grupo 1: participantes com perfil para inclusão no mundo do trabalho;

Grupo 2: participantes inseridos nos Programas de Transferência de renda do município.

Os dados provenientes deste instrumento foram organizados sequencialmente segundo as perguntas respondidas e seu conteúdo contribuiu para a caracterização dos participantes e de suas profissões, ocupações, moradia e renda.

Para a análise dos dados obtidos por meio da entrevista semiestruturada, foi utilizada a Análise Temática, que é uma das técnicas da Análise de Conteúdo descrita por Bardin (1977).

Segundo Bardin (1977), fazer Análise Temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação, e cuja presença ou frequência de aparição podem significar algo para o objetivo analítico escolhido. As etapas descritas pela autora são:

1. Pré-análise: representa a fase de organização propriamente dita e corresponde a um período de intuições. Está relacionada com a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentaram a interpretação final.

2. Exploração do material: consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração dos dados para análise.

3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: possibilitam a classificação dos elementos do texto a partir de suas semelhanças e diferenças.

Assim, a fim de aplicar a técnica de Análise Temática, realizou-se a leitura exaustiva da transcrição das 11 entrevistas a fim de identificar os núcleos de sentido. Em seguida, foram identificados os temas que, posteriormente, foram agregados em categorias de análise.

Os dados do diário de campo foram utilizados para a complementação dos resultados oriundos da análise temática.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, serão apresentados os dados referentes à análise descritiva do conteúdo do protocolo de informações pessoais e de trabalho ou ocupação, que foi organizado em quadros e compõe a caracterização dos participantes. As categorias

resultantes da análise temática realizada com os dados das entrevistas serão apresentadas na sequência.

5.1 Caracterização dos participantes

As informações coletadas no protocolo de informações foram organizadas em quatro quadros, contendo informações gerais para a caracterização dos dois grupos de participantes da pesquisa e informações específicas sobre seus históricos de trabalho/ocupação, assim como informações sobre família, renda e moradia.

Onze pessoas aceitaram participar do estudo, sendo nove usuárias do CAPS AD e CAPS II de Araraquara indicados pela equipe dos serviços como pessoas aptas para retornar ao mundo do trabalho e que participaram da capacitação em Economia Solidária desenvolvida no Espaço Kaparaó, e duas, usuárias do CAPS AD já inclusas no programa de transferência de renda, Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS). Para manter o sigilo dos participantes, seus nomes foram preservados e representados com as siglas P1, P2, P3... P11.

Os quadros a seguir apresentam os dados da população do estudo.

Participantes com perfil para inclusão no trabalho (Grupo 1)

Quadro 1. Caracterização dos participantes com perfil para inclusão no trabalho.

| Participantes | Idade | Raça/Cor | Gênero | Estado Civil | Filhos | Escolaridade |
|----------------------|--------------|-----------------|---------------|---------------------|------------------------------|---------------------------|
| P1 | 41 | Branca | Mulher | Solteira | 4 (20,22,23, ,24 anos) | Fundamental II incompleto |
| P2 | 31 | Pardo | Homem | Solteiro | Não tem | Ensino médio completo |
| P3 | 36 | Preto | Homem | Solteiro | Não tem | Ensino médio completo |

| | | | | | | |
|----|----|---------|--------|----------|------------------|----------------------------------|
| P4 | 42 | Pardo | Homem | Solteiro | Não tem | Ensino médio incompleto |
| P5 | 37 | Preto | Homem | Solteiro | Não tem | Ensino médio incompleto |
| P6 | 54 | Branco | Homem | Solteiro | 1 (24 anos) | Fundamental II completo |
| P7 | 27 | Branca | Mulher | Solteira | Não tem | Ensino médio completo |
| P8 | 59 | Preto | Homem | Solteiro | 2 (38 e 39 anos) | Ensino fundamental II incompleto |
| P9 | 58 | Amarelo | Homem | Casado | 1 (34 anos) | Ensino médio completo |

A média de idade entre os participantes com perfil para inclusão no mundo do trabalho é de 42,8 anos, o que é semelhante ao estudo conduzido por Lussi e Morato (2012), no qual os resultados da pesquisa revelaram que a média de idade dos participantes, também usuários de serviços de saúde mental já inseridos em iniciativas de inclusão social pelo trabalho, foi de 42 anos.

A literatura sugere que pessoas mais velhas enfrentam diversos desafios no mundo do trabalho, como a discriminação etária e a dificuldade em requalificação profissional. Por exemplo, a pesquisa de Kooij et al. (2013) mostra que trabalhadores mais velhos podem experimentar maior dificuldade em se adaptar às mudanças tecnológicas e às novas demandas do mundo do trabalho.

Esses desafios são exacerbados pelo modelo de produção capitalista contemporâneo, que, conforme abordado por Rodrigues, Marinho e Amorin (2010), tende a excluir do mundo do trabalho as pessoas consideradas inaptas e/ou improdutivas. Ao considerar as dificuldades enfrentadas por pessoas mais velhas para se (re)inserirem no mundo do trabalho nos moldes capitalistas, é possível refletir, com base nos escritos dos autores, sobre como essas pessoas, especialmente aquelas que utilizam os serviços de saúde mental, frequentemente são excluídas. (Rodrigues, Marinho e Amorin, 2010)

Três participantes se autodeclararam pretos, três se autodeclararam brancos, dois como pardos e um se autodeclarou como amarelo. Os dados mostram um pequeno recorte sobre a diversidade étnico racial que é observada em diversos contextos em nosso país. De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem uma ampla diversidade racial, sendo as categorias de cor e raça muito usadas para a coleta de dados sobre a população. (Brasil, 2022)

No entanto, o estudo de Silva et al. (2017), evidenciou que o uso da variável raça/cor ainda é pouco utilizada para caracterizar usuários de CAPS, apesar da importância deste marcador social. O estudo de revisão narrativa da literatura revelou que, dos 17 artigos analisados apenas 03 apresentaram dados de raça/cor, porém, nenhum discutiu esses dados. Em apenas 02 CAPS o número de negros em tratamento é maior do que a população em geral.

Considerando que o Estatuto da Igualdade Racial considera a população negra como “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (Brasil, 2010, seção 1), argumentamos que os dados encontrados por Silva et al. (2017) corroboram os resultados encontrados em nosso estudo, uma vez que o número de participantes que se autodeclararam pretos e pardos é maior (05) do que os que se autodeclararam brancos (03) e amarelos (01).

Entre os nove participantes, sete se identificaram como homens e duas como mulheres. Esses resultados são corroborados pela literatura da área.

Observa-se que o estudo de Mazaro, Matsukura e Lussi (2020), no qual o objetivo foi caracterizar os empreendimentos econômicos solidários do campo da saúde mental, a participação de homens em empreendimentos econômicos solidários que contam com usuários de serviços de saúde mental é maior que a participação de mulheres. Dos 9.625 participantes nos empreendimentos do campo

da saúde mental, 5.102 (53%) são homens e 4.523 (47%) mulheres. (Mazaro, Matsukura e Lussi)

Oito dos participantes são solteiros e apenas um é casado. A maioria não tem filhos (cinco), uma participante tem quatro filhos com as idades de 20, 22, 23 e 24 anos, um tem dois filhos com as idades de 38 e 39 anos, um com um filho de 24 anos e um com um filho de 34 anos.

Em relação à escolaridade, quatro deles apresentam o ensino médio completo, dois com ensino médio incompleto, dois com ensino fundamental II incompleto e um com ensino fundamental completo. A apresentação dos dados faz refletir sobre os variados níveis de acesso à educação.

O Quadro 2, a seguir, sistematiza as informações referentes à profissão, ocupação, renda e moradia.

Quadro 2. Profissão, ocupação, moradia e renda dos participantes com perfil para inclusão no trabalho.

| Participantes | Profissão | Ocupação atual | Fonte de renda pessoal | Com quem vive atualmente | Renda média familiar | Tipo de moradia |
|----------------------|---|-----------------------|---|---------------------------------|-----------------------------|------------------------|
| P1 | Não tem | Desempregada | Benefício de Prestação Continuada (BPC) | Sozinha | 1.320,00 | Própria |
| P2 | Promotor de vendas | Desempregado | Não tem | Mãe, padrasto e irmão | 600,00 | Própria |
| P3 | Marceneiro/Eletricista/Amador/Estudante | Desempregado | Auxílio Brasil | Sozinho | 600,00 | Própria |
| P4 | Servente | Tratament | Não tem | Mãe | 1.400,00 | Própria |

| | | | | | | |
|----|---------------------------|---------------------------|-------------------|----------------|----------|---------|
| | | o no CAPS | | | | |
| P5 | Garçom | Aposentad o | Aposentad oria | Pai | 3.938,00 | Própria |
| P6 | Eletricista | Desempre gado | Bolsa Família | Sozinho | 600,00 | Própria |
| P7 | Estudante | Desempre gada | Não tem | Mãe e irmão | 2.000,00 | Alugada |
| P8 | Pintor industrial | Desempre gado | Não tem | Filha | Não sabe | Própria |
| P9 | Operador de máquina | Tratament o no CAPS | Não tem | Esposa | 1.400,00 | Própria |

Em relação à profissão dos participantes, foi considerada aquela que os mesmos relataram ser seu principal trabalho, sendo oriundo de uma profissionalização ou sendo o trabalho que o participante relatou ter mais tempo de experiência. Os demais trabalhos exercidos durante a vida foram aprofundados durante a entrevista semiestruturada. Entre os nove participantes, uma relatou não ter profissão. As profissões citadas pelos demais foram: promotor de vendas, marceneiro, eletricista, amador, estudante, servente, garçom, pintor industrial e operador de máquina.

O estudo de Lussi e Morato (2012) também revelou uma notável diversidade de profissões entre os participantes. Tal diversidade traz a reflexão sobre as diferentes trajetórias de vida dos participantes e os variados níveis de acesso à educação e qualificação profissional. Além de permitir que os programas de inclusão social pelo trabalho usem esta ampla gama de habilidades e experiências como uma oportunidade para promover um ambiente onde todos possam ensinar e aprender conjuntamente.

Sobre a ocupação atual dos participantes, seis deles relataram estar desempregados, um é aposentado e dois consideraram como ocupação atual o tratamento realizado no CAPS. Atualmente, nenhum deles exerce sua profissão, sendo que a maioria (cinco) relatou não ter uma fonte de renda pessoal, um deles recebe aposentadoria e os demais (três) recebem diferentes benefícios, como:

Benefício de Prestação Continuada (BPC), Auxílio Brasil, Bolsa Família.

Importante refletir sobre a ocupação apontada por dois participantes como sendo o tratamento realizado no CAPS. Ao perguntarmos sobre a ocupação, estávamos nos referindo ao trabalho, no entanto, esses dois participantes vincularam ao tratamento realizado no CAPS. Isso nos leva a inferir que o fato de passarem várias horas do dia no serviço pode ter sido considerado sua ocupação principal. Mas também este resultado pode nos dizer de uma falta de perspectiva em relação às atividades de trabalho na vida das pessoas a ponto de identificarem o tratamento como ocupação e não a situação de desemprego, como relatado por outros participantes.

Três dos participantes moram sozinhos e seis moram com seus núcleos familiares, como mãe, filha, esposa, irmão e padrasto. Um dos participantes não soube dizer qual seria a renda média familiar. Sendo assim, a média da renda familiar dos oito participantes que relataram e seus familiares é de R\$741,00. Apenas um participante mora em casa alugada, enquanto todos os demais possuem casa própria.

Os quadros a seguir sistematizam as informações dos participantes inseridos no Programa de Transferência de Renda.

Participantes inseridos no Programa de Transferência de Renda do município (Grupo 2)

Quadro 3. Caracterização dos participantes inseridos no PIIS.

| Participantes | Idade | Raça/Cor | Gênero | Estado Civil | Filhos | Escolaridade |
|----------------------|--------------|-----------------|---------------|---------------------|---------------|-----------------------|
| P10 | 24 | Parda | Mulher | Solteira | Não tem | Ensino médio cursando |
| P11 | 56 | Pardo | Homem | Solteiro | Não tem | Ensino médio completo |

A idade dos participantes já inseridos no Programa de Transferência de renda

do município, PIIS, é de 24 e 56 anos. Os dois participantes se autodeclararam como pardos. Uma participante se identificou como mulher e o outro como homem.

De acordo com o Projeto de Lei sobre a criação do Programa de Incentivo à Inclusão Social, criado em 2017, na cidade de Araraquara,

A exclusão e vulnerabilidade social são situações complexas, conexas e multifacetadas, que demandam ação de diversos segmentos da sociedade e, acima de tudo, uma postura proativa do poder público, tendo em vista o fato de serem fenômenos sociais com diversas causas, dentre as quais se destaca a dependência química, a situação de rua, a perda de vínculos familiares, a violência doméstica, a deficiência como fator promotor de exclusão, a reabilitação após o cumprimento de pena privativa de liberdade, a imposição de medidas socioeducativas como a internação e as de meio aberto. (Araraquara, 2017, p.1)

Tais problemáticas dificultam o acesso a vagas de trabalhos. Os resultados evidenciam que os programas de transferência de renda possuem um atendimento amplo, pois contemplam tanto jovens que estão iniciando a inclusão no mundo do trabalho quanto pessoas mais velhas, que podem enfrentar desafios específicos no mundo do trabalho.

Os dois participantes são solteiros e não têm filhos. Em relação à escolaridade, um está cursando o ensino médio (sendo o EJA - Educação de Jovens e Adultos), e o outro apresenta ensino médio completo.

Quadro 4. Profissão, ocupação, moradia e renda dos participantes inseridos no PIIS.

| Participantes | Profissão | Ocupação atual | Fonte de renda pessoal | Com quem vive atualmente | Renda média familiar | Tipo de moradia |
|----------------------|------------------|-----------------------|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|------------------------|
| P10 | Curso PIIS | Estudante | PIIS | Sozinha | 1.100,00 | Cedida |
| P11 | Radialista | Estudante | PIIS | Sozinho | 1.100,00 | Alugada |

Em relação à profissão dos participantes, uma participante considerou como

profissão o curso realizado pelo PIIS e o outro participante como radialista. Os dois relataram como ocupação atual, ser estudante. Atualmente, a fonte de renda de ambos é a bolsa fornecida pelo PIIS. Os dois participantes moram sozinhos, tendo como renda média R\$1.100,00. A participante relatou morar atualmente em uma casa cedida e o participante mora em casa alugada.

Realizada a caracterização dos participantes da pesquisa passamos, a seguir, para a apresentação e discussão das categorias temáticas que emergiram da análise dos dados coletados por meio das entrevistas, complementadas pelo conteúdo do diário de campo.

5.2 Análise temática

A seguir, serão apresentados os resultados oriundos do conteúdo coletado por meio das entrevistas semiestruturadas e das anotações no diário de campo. O processo de análise possibilitou a identificação de temas que foram agrupados nas seguintes categorias de análise:

- Histórico ocupacional: experiências positivas e negativas;
- Barreiras e expectativas para inclusão no trabalho: A importância da Economia Solidária
- Projetos de vida e a importância do trabalho;
- Críticas advindas do trabalho e a influência da participação na capacitação em Economia Solidária.
- Percepções sobre o Programa de Transferência de Renda “PIIS”

5.2.1 Histórico ocupacional: experiências positivas e negativas

Muitos participantes ao relatarem sobre seus históricos ocupacionais, evidenciaram um amplo repertório de trabalhos exercidos ao longo de suas vidas, englobando tanto trabalhos formais quanto informais. Os relatos abaixo demonstram suas experiências.

“Já trabalhei de chapeiro, já tive carrinho de lanche, eu já trabalhei de servente de, de pedreiro, carpinteiro, trabalhei em barraca de venda de... de coquetel, cocada, eu já... ah, fiz bastante coisa assim... e muito eu não

lembro, mas eu fiz mais também.” (P4)

“É... No passado, primeiro fui cortador de cana (...) Depois carpi bastante mato. Depois fui pescador. Depois fui servente de pedreiro. Depois fui pedreiro. E por aí foi indo. Vigilante. E trabalhei em banco, trabalhei armado ainda. De segurança, sim.” (P9)

“Mas antes disso daí eu já trabalhei.... já trabalhei, já trabalhei de pedreiro, pintor, já trabalhei de frentista, de segurança, então já trabalhei, já fiz um monte de trabalho que hoje, eu já falo que eu... não, não tem mais esse trabalho pra mim.” (P8)

“A que durou mais, deve ter sido o mesmo tempo do banco também. Têm auxiliar de escritório. Lá fiquei um ano e meio, e com minha avó também fiquei como ajudante, cuidador de idoso. Fiquei um ano e meio também. Armador como eletricitista, não consegui exercer, trabalhei na UNESP lá, 6 meses.” (P3)

“Vários trabalhos. Garçom, coletor de lixo, confeitiro de bolo, chef de cozinha. (...) Segurança.” (P5)

“Já trabalhei como servente de pedreiro, padeiro, confeitiro, eletricitista. Meu último trabalho? ... foi de apoio de combate a dengue.” (P6)

Apesar de os relatos não evidenciarem quais desses trabalhos foram formais ou informais, observamos uma gama muito ampla de atividades de trabalho desenvolvidas pelos participantes, desde trabalhos que, aparentemente, foram exercidos na informalidade (como cuidador da avó, carpir mato, barraca de venda de coquetel), passando por trabalhos que, provavelmente, foram formais (vigilante de banco, frentista, auxiliar de escritório, UNESP), até como proprietário (dono de carrinho de lanche).

Embora os participantes tenham vasta experiência de trabalho, nenhum deles estava trabalhando no momento da coleta de dados, como vimos no Quadro 2 e no Quadro 4. Isso pode se dar em função das condições de saúde mental, que exigem tratamento no CAPS, mas também pode ter se agravado em função da pandemia.

Como visto no estudo de Souza e Júnior (2020), a pandemia explicitou a fragilidade de um mercado de trabalho estruturalmente marcado pelo fato de quase a metade da população economicamente ativa estar na informalidade, sem acesso

à proteção previdenciária e aos direitos trabalhistas assegurados.

A questão do trabalho informal pode ser observada em alguns relatos dos participantes que tiveram experiências marcadas pela informalidade antes mesmo da pandemia.

“Eu só trabalhei de varrer praça durante um ano, ganhava 300 reais sem registro na carteira. Trabalhei na escola por 4 dias de limpeza, mas o homem me mandou embora sem justa causa. E trabalhei com uma mulher de lavar forma de salgado.” (P1)

“Oh, com quatorze anos eu vendi trufa. E aí ... tipo, era ... eu ganhava um salário com trufa.” (P7)

É, só que alguns casos não foram registrados. (P3)

Borsoi (2011, p.114) aponta a possível relação entre trabalho informal e precarização do trabalho,

(...) a precarização do trabalho, diz respeito à ampliação dos vínculos de trabalho parcial, sem carteira assinada, por tempo determinado ou sem rendimento fixo, bem como às más condições de trabalho e à deterioração das relações laborais. Isso significa que, quando flexibilizam-se os direitos anteriormente conquistados, precariza-se a situação de trabalho.

A precarização do trabalho é muito comum no capitalismo atual, no qual o trabalhador não tem acesso a seus direitos trabalhistas, assumindo por si só as consequências da situação na qual está inserido, uma vez que “não tem respaldo legal para reivindicar o reconhecimento de seu adoecimento ou de um acidente sofrido no local de trabalho.” (Borsoi, 2011 p. 128)

Nesta perspectiva, observamos relatos de experiências negativas no trabalho bem como experiências positivas.

Com relação às experiências negativas, a exploração no ambiente de trabalho se mostra um aspecto importante nos relatos dos participantes.

O relato da participante 7 deixa explícito o funcionamento do trabalho nos moldes capitalistas:

“Ah o [local onde trabalhou]. Porque lá a gente... a nossa função é ser

robozinho, eles não valorizam a qualidade que cada um tem. É... é... lá é um método esquisito de competição entre os funcionários, exploração. No... na carteira de trabalho eles colocam que a gente é atendente, mas a gente não é só atendente, a gente até lava banheiro. E é um ambiente de competição tão ruim e tão explorador.” (P7)

“Os clientes chegando, eu chorando e medindo a temperatura deles. E aí eu não consegui ficar, eu comecei a ter crise de ansiedade muito forte, eu falei não tem jeito tenho que ir no hospital. Levei atestado, comprovando que tinha ido ao hospital tomar calmante, mas na semana seguinte eles me demitiram.” (P7)

Percebemos que nesta experiência de trabalho os trabalhadores eram vistos apenas como mão de obra. O bem estar e saúde mental do trabalhador não importavam. Algo muito comum na economia capitalista que, segundo Cattani (2003), é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre e não corresponde mais às potencialidades do tempo presente.

O relato do participante 5 denuncia a exploração de mão de obra e a não importância do trabalhador no mundo capitalista. Quando questionado sobre os motivos pelos quais ele não se encontra trabalhando, compartilha sua frustração pela situação vivenciada em seu ambiente de trabalho no último emprego, que foi o motivo pela decisão de não estar trabalhando neste local atualmente.

“Ah porque eu não quero, porque eu fiquei vinte anos trabalhando de garçom lá na [local onde trabalhou] aí eu recebi a proposta de outro serviço, tudo, para trabalhar em outro lugar registrado, aí eles não deixavam eu sair, eles falavam que iam registrar. Aí eles registraram eu um mês e mandaram embora no outro mês. Aí sujou minha carteira e eu não quis mais.” (P5)

Essas situações dificilmente seriam vivenciadas em trabalhos guiados pelos princípios da autogestão, que desde sempre está relacionada às lutas dos trabalhadores, na qual o poder decisório é concentrado nas mãos do coletivo, de modo a preservar a autonomia de todos. (Albuquerque, 2003)

Como coloca Albuquerque (2003, p. 57), a essência da autogestão “está fundada na repartição do poder, na repartição do ganho, na união de esforços e no

estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social.”

Nos aprofundaremos nos aspectos da autogestão futuramente, a partir dos relatos sobre as experiências positivas de trabalhos dos participantes, nas quais encontramos semelhanças com o trabalho cooperativo.

Algumas dessas experiências negativas estão relacionadas a atravessamentos de saúde mental relatados pelos participantes, como ilustrados a seguir:

“(...) é, com dezoito eu comecei a trabalhar no [nome do local de trabalho] como atendente, fiquei um ano. Só que aí eu fui dispensada porque eu apareci com... tava dando muito atestado por depressão e ansiedade. Aí me dispensaram. (...) Aí depois eu trabalhei um tempo sem carteira assinada, eu era faxineira de um restaurante, eu era também garçoneiro, era faz tudo no restaurante. É... ajudante de cozinha, essas coisas. Depois disso, fiquei desempregada também. Aí quando... é, tá... aí depois eu comecei a trabalhar no [nome do local de trabalho] também fazendo tudo, mas era atendente... aí eu fui dispensada pelo mesmo motivo, eu tava apresentando atestado por ansiedade.” (P7)

Este relato explicita de forma clara as muitas falhas do mercado de trabalho capitalista, o quanto é excludente, sem reconhecer e respeitar as diversidades, as diferenças individuais e as condições de saúde dos trabalhadores. Demonstra a falta de sensibilidade e de adequação por parte das empresas em pensar em um ambiente de trabalho mais inclusivo e que valorize o bem-estar de seus trabalhadores.

Em contraposição a este modelo de organização do trabalho, temos a Economia Solidária. Como observado por Martins (2008, p.251), “a Economia Solidária surge como uma oportunidade para que as pessoas em sofrimento psíquico tenham acesso ao meio social e comunitário e abre caminho para a autonomia dos mesmos e para que administrem suas próprias vidas”. Assim, o princípio da autogestão emerge como uma estratégia para enfrentar a exclusão das pessoas em sofrimento psíquico e para banir a ideia de que tais pessoas são intrinsecamente incapazes, necessitando de tutela e proteção. (Martins, 2008)

Ao compartilharem suas experiências positivas de trabalho, os participantes

relacionam essas vivências à suas memórias afetivas junto a seus familiares. Um dos participantes relatou que trabalhar ao lado de sua avó se tornou um exercício saudável.

“Com o que eu mais gostei de trabalhar...? Essa foi forte hein. Porque trabalhar com a minha avó foi um exercício saudável. (...) De uma forma real, assim... é, foi bom, foi prazeroso...” (P3)

Outro participante destaca a influência positiva de seu pai no trabalho.

“Que eu mais gostei? Foi ajudante de carpinteiro. Por causa do meu pai, ele era carpinteiro.” (P4)

No caso desses participantes a experiência de trabalho junto com seus familiares obteve um valor adicional por ser compartilhado com seus próximos, criando laços que vão além da obtenção de renda.

Ainda sobre as vivências positivas de trabalho, a participante P7 relatou uma experiência que, para ela, remeteu ao trabalho coletivo e autogestionário, termos que ela conheceu por meio da capacitação em Economia Solidária.

“Na creche ... era uma creche nova, tinha acabado de ser inaugurada e a equipe era muito pequena, é... tipo devia ter trinta alunos no máximo e era só bebezinho. Então, a gente tava criando tudo junto. Era a primeira vez que meu diretor era diretor, a gente tava aprendendo tudo junto e ele criava um ambiente ... de um aprender com o outro. Lembrava cooperativa, era muito democrático, era muito legal e era muito satisfatório é ... cuidar das crianças também. A gente sentia que tava fazendo diferença na vida daquelas crianças, sabe?” (P7)

A participante destacou que a cooperação e o trabalho em equipe foi o que mais marcou sua experiência positiva. Destacando a importância do local de trabalho ser um espaço no qual todos compartilham de seus conhecimentos e aprendem juntos.

Segundo Ferreira (2015, p. 32), percebe-se que “a participação age como um encaminhamento para o alcance da autogestão, que em si é mais ampla: engloba a cooperação, a propriedade coletiva, o envolvimento dos membros com o processo produtivo de forma mais ampliada e profunda”. Algo que a participante encontrou

em comum no seu local de trabalho, onde afirmou ser um espaço democrático no qual todos aprenderam juntos.

Em outro relato, a mesma participante compartilha sobre sua vivência que trouxe a possibilidade de exercer um trabalho que valoriza o profissional e suas habilidades e aptidões pessoais.

“Ah, do jornalismo. Porque é a minha vocação. Eu gostava muito de escrever, gostava muito de apresentar o jornal, mas esse aí é o principal. Só que eu gostei muito também de cuidar das crianças, quando eu trabalhava na creche foi muito legal. Me dava muito bem cuidando das crianças e também no restaurante eu gostava, o que estragava era que o chefe era muito [palavra que expressa xingamento]. Explorador, péssimo. Mas, eu gosto desse negócio de cozinhar, então era legal.” (P7)

Outro participante também relata sua experiência positiva de trabalho na área de comunicação, que impulsionava sua pró-atividade, como mostra o relato a seguir.

“passei por tudo o que você possa imaginar já, principalmente na área de comunicação. É uma área que eu adoro, lidar com pessoas, se comunicar com as pessoas, se relacionar com o público. Aonde eu trabalhava era muito pró ativo, no setor que eu trabalhava, eu trabalhava muito com um grupo de pessoas. Eu adoro essa área” (P11)

Além dessa experiência positiva, o participante refere outra que também envolve a comunicação com as pessoas, como ilustra o excerto a seguir.

“O que que eu mais gostei de trabalhar? No banco. Trabalhei no [nome do banco] e na [nome da rádio] (...) Primeiro pelo contato que eu tinha com as pessoas, você tem um contato direto com as pessoas e a necessidade de você ser uma pessoa educada, falar bem, se comunicar bem e a rádio a mesma coisa, e a rádio por exemplo, eu fiz o curso básico né. Então, que era, era eu saber me comunicar com as pessoas, eu trabalhava na rádio (...) Então a gente tinha que saber se comunicar com as pessoas né. Então, foi ótimo, foi ótimo. Me desenvolveu bastante e me ajudou muito nessa... era uma pessoa muito tímida, né, e me desenvolvi muito nesse setor” (P11)

Observamos nesta categoria que as experiências negativas de trabalho dos participantes explicitam as características marcantes do capitalismo, enquanto as

experiências positivas trazem aspectos presentes na autogestão e no cooperativismo.

Fica evidente como o capitalismo e seus modos de produção excludentes se tornam barreiras que dificultam a inclusão dos usuários de serviços de saúde mental no mundo do trabalho. Nesse contexto, a Economia Solidária surge como uma alternativa para a inclusão dessas pessoas por meio do trabalho. Exploraremos essas questões mais a fundo na próxima categoria de análise.

5.2.2 Barreiras e expectativas para inclusão no trabalho: A importância da Economia Solidária

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, todos os indivíduos são considerados iguais, tendo direitos e deveres, e cada um tem o controle e autonomia sobre seu corpo e sua vida. Todos têm o direito de ter uma vida digna, como ter acesso a um salário, o direito à educação, saúde, habitação e lazer. Além do direito de ser livre para se expressar e ter a participação em movimentos sociais (Salles; Barros, 2014).

Todos os indivíduos deveriam ser respeitados, sem sofrer quaisquer tipos de discriminação ou exclusão. Porém, quando pensamos nas pessoas com sofrimento psíquico e com uso problemático de álcool e outras drogas, nos deparamos com a privação de uma série de direitos políticos e pessoais (Salles; Barros, 2014)

O estigma e preconceito para esses sujeitos são grandes barreiras para sua inclusão ou permanência em postos de trabalho, principalmente quando olhamos para o mercado de trabalho capitalista.

O trabalho, por ser uma das principais ocupações exercidas pelos sujeitos adultos, aborda vários aspectos da vida cotidiana, pois oferece oportunidades importantes para interação social, de crescimento e busca pela autorrealização pessoal.

Segundo Bauman (2008, p. 76),

Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade. Tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do

consumidor, mesmo que em geral latente e quase nunca consciente.

Tal lógica reforça o estigma de pessoas com sofrimento psíquico, uma vez que são consideradas como improdutivas, em geral, não apresentam poder aquisitivo importante, refletindo assim em seu consumo e descredibilizando ainda mais esse grupo dentro da sociedade.

A desvalorização que essas pessoas enfrentam, seja por parte da sociedade mais ampla ou por membros da família a respeito de sua produtividade, pode ocorrer também devido à uma falta de compreensão a respeito do sofrimento psíquico e sua complexidade. Podemos observar essa questão no relato a seguir:

“Ixi, eu tava, eu ficava pensando, olha, tô aqui em casa, no que eu vou trabalhar pra ajudar minha mãe? Minha mãe paga ônibus pra mim vim pra cá, sabe? Ficava pensando, falava assim, não, eu vou carpir quintal. Aí eu pensava, não, eu vou catar papelão na rua, aí eu... só fiquei pensando e eu comentei com a minha mãe que eu ia catar papelão, ela falou assim “não [nome do participante], não precisa”, sabe? Vamo espera, que cê tá... Aí com esse problema, já faz tempo que você não anda cuidando, sabe? Vamos esperar um pouquinho aí depois a gente... A, a gente resolve.” (P4)

Em alguns relatos, os participantes demonstram a importância de terminar o acompanhamento nos serviços de saúde mental para que depois possam voltar a adentrar ao mundo do trabalho. Consideram o sofrimento psíquico como um fator limitante para sua inclusão no trabalho.

“Por enquanto eu não to podendo [retornar ao trabalho], que eu quero terminar meu tratamento, né? (...) Hoje é que nem falei pra você. Eu to ficando... De repente tô ficando muito nervoso. Não dá pra escrever. Não dá pra ler direito. Então isso dificulta muito pra mim” (P9)

“Ah porque eu to aqui no CAPS fazendo tratamento então eu quero fazer meu tratamento primeiro e depois pensar nesse negócio de trabalho. Mas já ofereceram oportunidade de emprego pra mim já.” (P6)

O recebimento de diferentes benefícios e a aposentadoria é outro fator apontado por alguns participantes como uma barreira para o retorno ao mundo do trabalho. A participante P1 recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o

participante P5 recebe a aposentadoria.

Ambos são considerados aptos ao trabalho pelas equipes de saúde mental, porém a inclusão deles em alguma atividade de trabalho coloca em risco a renda adquirida pelo benefício e aposentadoria. Esses participantes preocupam-se em voltar ao mundo do trabalho, pois assim, poderiam perder o acesso a esses direitos conquistados.

“Como que eu posso falar para vocês, eu não posso trabalhar registrado porque eu sou beneficiária do LOAS ai corta meu beneficio (...) eu queria até trabalhar, mas sem registro porque se não corta meu beneficio...” (P1)

“Se eu voltar a trabalhar eu perco. [Você perde a aposentadoria?] Perco. (P5)

A participante P1 relata não procurar trabalho pelo fato de receber o BPC, mas se por algum motivo não tiver mais o benefício não sabe o que fazer, visto não ter a flexibilidade de possuir uma segurança por meio do trabalho.

“É porque assim como a gente recebe, a gente não procura trabalho, né, no caso assim. Mas eu não sei se um dia eles vão cortar não sei o que eu faço não também. Mas diz que não corta né, é uma doença pro resto da vida né dizem, agora não sei.” (P1)

Outro participante também aponta a questão da aposentadoria como um empecilho, mas neste caso o tempo que passou aposentado por invalidez, que depois perdeu, e agora se encontra sem trabalho e com uma idade avançada que dificulta a reinserção no mundo do trabalho, como mostra o excerto a seguir.

“Mas eu não tenho mais aquele ânimo, aquela saúde que eu tinha antes com trinta anos. Até quando eu, quando eu me aposentei. Me aposentaram muito cedo porque eu sofri um acidente quando eu trabalhava na [nome do local de trabalho], inclusive o [nome do colega de trabalho] faleceu e eles me aposentaram e eu falei poxa vida, naquela época eles podiam ter cancelado minha aposentadoria e eu voltaria a trabalhar. Eu tinha saúde ainda. Agora você com 55 anos já não tem aquela saúde, aquela disposição. (...) Quando eu sofri acidente na [nome do local de trabalho], esse [nome do colega de trabalho], a gente tinha uma república em [nome da cidade onde morava e trabalhava]. E sofremos um acidente de carro,

então ele faleceu e eu fiquei na fisioterapia até que o médico vai vai, num volta, faz fisioterapia. Aí ele chegou num ponto pra mim e falou “você quer se aposentar?” aí falei, tá bom me aposento. Eles me aposentaram. Só que no governo Michel Temer, em 2018, eles cancelaram todas as aposentadorias por invalidez. Todas. De uma hora pra outra. Então de uma hora pra outra eu me vi sem minha mãe, sem a minha casa, porque a minha casa pegou fogo.” (P11)

Esta situação explicita o início do desmonte que o governo Michel Temer disparou em relação às perdas de direitos, sobretudo, aqueles relacionados ao trabalho que, na sequência, foi intensificado pelo governo Bolsonaro, causando um aumento gigantesco da parcela da população em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, na data de 20 de dezembro de 2013, através do Decreto Presidencial sob o Nº 8.163, foi criado o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - PRONACCOOP Social, a fim de fomentar ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais. (Brasil, 2013a). Este foi mais um dos decretos, no âmbito do desmonte de políticas públicas, revogado pelo governo Bolsonaro, o que causou um atraso enorme no avanço das políticas públicas de inclusão social pelo trabalho.

Em conjunto ao programa, foi criado seu Conselho Gestor, o qual discutiu diferentes questões relacionadas à legislação do cooperativismo social, bem como ações com o propósito de implementá-las nas cooperativas sociais, que são empreendimentos econômicos solidários destinados à inclusão no trabalho de pessoas em situação de desvantagem social, como as pessoas com sofrimento psíquico e as que fazem uso problemático de álcool e outras drogas. Entre as questões discutidas, está a importância de se considerar a manutenção do BPC para as pessoas que iniciam sua participação em uma cooperativa social até que ela consiga ter uma retirada mensal compatível com suas necessidades. (Tygel, 2017, p. 19)

Tygel (2017, p. 12), ao argumentar sobre as cooperativas sociais, coloca que

(...) a definição afirma que o acesso a pessoas em situação de desigualdade por desvantagem ao trabalho e à renda é uma condição para a conquista de igualdades de oportunidades e contribui para o interesse

geral da comunidade em promover a pessoa humana e a inclusão socioeconômica de todas e todos.

O autor destaca que

Esse aspecto é importante, pois evita uma lógica meramente assistencialista e aponta que, se pessoas em situação de desigualdade por desvantagem não tiverem condições dignas, a sociedade inteira tem um problema, pois isso afeta o interesse geral de toda a sociedade. (Tygel, 2017, p. 12-13)

A regulamentação das cooperativas sociais é crucial para a consolidação e sustentabilidade das iniciativas de inclusão social pelo trabalho no contexto nacional. Portanto, é fundamental recuperarmos os avanços advindos das discussões e ações do PRONACOOOP Social, no período de 2013 a 2016, para irmos além para que os EES que contam com pessoas em desvantagem social, entre elas, pessoas em sofrimento psíquico, possam optar pela formalização como cooperativa social, se assim o desejarem.

Alguns participantes destacam o trabalho não como uma opção e sim como uma necessidade. Necessidade que lhe é negada por aspectos pessoais como problemas de saúde mental, alguma deficiência, idade, ou fatores externos, como a falta de oportunidade ou condições de trabalho precárias.

“Eu preciso voltar a trabalhar.” (P3)

“A minha saúde mental... e... a falta de oportunidade mesmo, também, tá bem difícil. E também... e aí junta minha saúde mental com as condições de trabalho né que é muita exploração, horário absurdo, é... eu não gosto dessa competição entre os funcionários também e como eu tô com a saúde mental ruim, isso atrapalha muito.” (P7)

“Ué, ter a oportunidade, na verdade.” (P3)

Para o participante P8, um fator limitante é sua dificuldade auditiva, como mostra o relato a seguir.

“ Várias vezes eu arrumava trabalho, quando chegava na hora de tá o trabalho memo, pegava o trabalho, as pessoas deixava eu de fora, num, já

não dava certo, eles disfarçava pra fala que não era por causa da surdez, então, é meu caso hoje é esse daí hoje, sempre é o problema da surdez. É um só.” (P8)

Outro fator limitante para alguns sujeitos é a idade, visto que há uma grande discriminação relacionada à idade, especialmente para aqueles considerados mais velhos. Seja, como destacado pelo participante P3, pelo valor do salário que deveria ser proporcional à idade, ou pela falta de oportunidade como relatado pelo participante P6.

“Muita idade tem que cobrar um salário maior, entende, aí vira briga também. Vira briga. (...) A idade. É em cima do salário. Quanto mais velho você fica, mais você teria que ganhar.” (P3)

“O que precisa? Ah, mais chance de trabalho na minha idade, 54 anos é meio difícil de procurar trabalho. (...) Ah eu acho que tem que ter mais chance de trabalho pras pessoas. É mais chances de trabalho. (P6)

A questão da idade também foi identificada como um fator de dificuldade de inclusão no mundo do trabalho por um participante do PIIS.

“A idade pesa muito. Pra você ter uma ideia, eu participei de cinco entrevistas. E na área de internet eu sou muito bom, eu tenho muitos sites, tenho muita coisa. Só que chega na hora, o entrevistador chega pra mim “ó a gente não está contratando uma pessoa de 56 anos, porque não faz parte da política, porque em quatro anos você pode estar saindo fora da empresa.” Então você fica... é uma situação muito difícil ... muito difícil. E eu até chorei, eu cheguei pra E. e falei, E. eu to com 56 anos o que vai ser da minha vida? Eu estou chegando no final, eu não tenho muita perspectiva de futuro. É muito difícil, é tudo pra jovem, é tudo pra jovem.” (P11)

“Eu sempre costumo dizer que é uma idade esquecida ... que é a idade de 50 a 60 anos.... e não tem nada, não tem nada. O governo ajuda quando é jovem, quando é idoso.” (P11)

Foi questionado aos participantes se gostariam de retornar ao mundo do trabalho e, apesar de manifestarem interesse em desenvolver atividade de trabalho, apareceu uma grande desesperança em relação a esta possibilidade. Porém, não

houve um consenso entre eles, visto que as pessoas que participaram desta pesquisa constituíram um grupo diversificado, cujas histórias de vida são singulares e influenciadas por diversas perspectivas de compreensão do mundo.

Para estes participantes que são mais velhos e que têm um grande histórico de experiências no mercado de trabalho formal e informal, a esperança é bem pouca.

“Ah eu não espero grande coisa não, não espero mais grande coisa não porque eu trabalhei minha vida inteira é... e não tenho nada na vida entende? Não conquistei nada na vida, sempre trabalhei e não tenho quase nada na vida só minha casa só. (...) “(...) Eu conheci a história de pessoas que entraram como padeiro e terminou a vida como padeiro. Não consegui montar uma padaria, entendeu? Não teve uma chance de subir de ter uma ascensão social né. Entendeu? Só isso.” (P6)

“É 40 anos nessa vida, 40 anos já esperando por algo que já já, já tá conquistado, mas, não sei, todo mundo, é o que eu queria falar, todo mundo se forma, recebe diploma, todo mundo ... todo mundo recebe diploma, pega diploma, pega trabalho e eu tô aí o tempo inteiro, tô aí no mundo de uma história que o que eu tenho é disso daqui, desemprego, família toda desempregada, ninguém tem emprego. Aí é... a vida que nós estamos vivendo é fatal.” (P8)

A participante P7, sendo uma das mais jovens entre eles, relata que possui um amplo repertório no mercado de trabalho e leva as experiências ruins como aprendizados. As experiências que desumanizam o sujeito, as quais negam os direitos humanos e tratam as pessoas como números, fazem com que a participante delimite o tipo de trabalho que não é razoável e serve de não exemplo para futuras possibilidades de trabalho. Exemplos a não se seguir novamente.

A partir dessas experiências, a participante criou o desejo de ter um trabalho digno e com valor social.

“Eu espero que ele não me consuma, que eu ainda tenha vida, eu espero ... conseguir renda para ser independente, eu preciso de autonomia. Eu espero... que seja agradável, eu espero que tenha um valor no trabalho que eu tô fazendo, que eu não seja só um número igual era no [nome da empresa onde trabalhava]. Eu espero assim, sentir a satisfação de que eu tô fazendo alguma coisa que tá ajudando alguém e eu também tô sendo ajudada, que tenha um valor. Não vender alimento super processado,

sabe... (...) É disso que eu espero, que seja um trabalho que tenha valor e conseguir minha autonomia, são essas duas coisas.” (P7)

Esse relato explicita o caráter adoecedor do modelo tradicional de produção capitalista. A participante P7 nos conta sua vontade de voltar a trabalhar, mas dentro de uma outra lógica, a qual tenha trocas sociais positivas que valorize não só as pessoas, como também o meio ambiente.

A fala da participante remete a alguns princípios do movimento de Economia Solidária que, segundo Juraszek, et al. (2019, p.120) “se define como uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário fundamentado na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras com interesse de melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho associado, cooperado ou mesmo em grupos informais”. Assim, notamos a aptidão desta participante para o trabalho coletivo e autogestionário.

Pensamos na importância da articulação entre Economia Solidária e Saúde Mental para a inclusão social dos usuários dos serviços de saúde mental. Santiago e Yasui (2015, p. 709) refletem sobre essa articulação e o impacto dela na vida dessas pessoas a partir do trabalho nos moldes da Economia Solidária:

Afirmamos que a importância alcançada pela ECOSOL nos espaços teóricos e práticos da saúde mental pode ser atribuída ao fato de, conjuntamente, elas se fortalecerem como alternativas possíveis às formas antes hegemônicas: para a ECOSOL, a desconstrução da lógica produtivista e alienada como única relação possível no mundo do trabalho; para a saúde mental, a oportunidade de arquitetar a inclusão social de sujeitos com vivências de sofrimento psíquico para além de espaços e ações de trabalho terapêuticos, de ocupação do tempo livre, cerceados e protegidos, ou seja, de inserção social artificial.

Para alguns participantes não existe uma atividade específica que desperte maior desejo de trabalhar quando o trabalho é uma necessidade de sobrevivência, assim, todas as possibilidades são viáveis, como mostram os relatos a seguir.

“ (...) Eu, eu creio que não tem trabalho que eu não gostasse, porque o pior trabalho que tem seria carpir de enxada. E eu, enxada, eu pego ela e sei também executar ela também, gosto de trabalhar também. Num tem nada,

tudo é... tudo é difícil para aquele que, pra quem num tem força de vontade pra fazer as coisas.” (P8)

“Olha, trabalhar não é ruim. Porque todo trabalho tem seu lado bom e ruim. (...) Não tem muito trabalho que é difícil suportar, acho. Tem que se adaptar primeiro ao trabalho para depois ele se... se é bom ou ruim... e... e fazer uma leitura ruim, sobre o trabalho. (...) Trabalhar não tem opção fixa assim, o que eu poderia fazer, o que queria fazer, se eu conseguir pleitear.” (P3)

Para o participante P2, o desejo de voltar ao trabalho não está relacionado a uma expectativa boa ou ruim, apenas ressalta o desejo de trabalhar em breve, ou, até mesmo retornar algum trabalho já realizado.

“Ah, acho que na minha área né, de supermercado. Mas também se aparecer outra coisa eu aceito.” (P2)

Para o participante P4 a expectativa sobre a volta ao trabalho é positiva. Relatou sobre a possibilidade de ampliar sua participação social e de se profissionalizar por meio de um curso superior.

“Ah, eu espero... Ah, eu espero, sei lá mesmo, me... me adequar mais, melhor, sabe? Pra ir na igreja, trabalhar... É... Arrumar computador, estudar, quem sabe fazer uma faculdade.” (P4)

Argumentamos que essas barreiras apresentadas no decorrer do texto se acentuaram no contexto pandêmico e pós-pandêmico, o que exige ainda mais estratégias de inclusão no trabalho mais justas, mais dignas e mais solidárias.

Como apontado por Molina et al. (2020), as iniciativas de Economia Solidária e as redes de solidariedade têm se mostrado alternativas para proporcionar grande parte da subsistência das pessoas em vulnerabilidade, desde antes da pandemia do coronavírus, se colocando como estratégias importantes na luta contra a crise ocasionada pela COVID-19.

Dessa forma, argumentamos que o estímulo à sensibilização das pessoas em sofrimento psíquico e pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas para os princípios da Economia Solidária é de fundamental importância no processo de inclusão social pelo trabalho no contexto pós-pandêmico.

Na categoria a seguir, podemos refletir mais a fundo sobre os projetos de

vida dos participantes e como o trabalho se torna uma ferramenta fundamental para que eles possam alcançar seus objetivos.

5.2.3 Projetos de vida e a importância do trabalho

Segundo Salles e Barros (2014), o processo de inclusão social não se resume apenas ao direito à cidadania e ao trabalho - cidadania coloca o sujeito em condições mínimas de inclusão social, porém são os projetos de vida de cada pessoa que mostram um caminho a ser seguido no processo de inclusão de cada um.

Assim, é preciso que os desejos e necessidades individuais, pensando nas pessoas em sofrimento psíquico, sejam levados em consideração para que assim possam viver suas singularidades no contexto social em que se encontram. (Salles; Barros, 2014)

Atualmente, a totalidade dos participantes da pesquisa não desenvolve nenhuma atividade de trabalho.

Apesar de a maioria dos participantes relatar diversas histórias marcadas por desigualdades e preconceitos, é possível perceber a associação entre trabalho e a ampliação da inclusão social. Nos relatos a seguir, observa-se a importância do trabalho para os participantes.

“Porque... é... dá ânimo na pessoa, dá... dá mais força, é... caminha, tem... sente o ar livre da rua, não como eu tô passando, porque eu só fico dentro de casa, não saio, faz mais de 12 anos que eu não saio de casa.”
(P4)

“O recurso, um financeiro, bem estar, a possibilidade de se deslocar, se movimentar, e... e a possibilidade de se casar, talvez.” (P3)

De acordo com Zambroni (2006), os usuários dos serviços de saúde mental querem ter direito ao trabalho para aquisição de reconhecimento, autonomia e remuneração.

Assim, existe o desejo de retorno ao trabalho pela renda e autonomia que o mesmo gera seja, principalmente, como forma de sobrevivência, como destacam os participantes P8 e P2, mas também associado ao bem estar e a aquisição de bens materiais, como apresentado a seguir.

“(...) Trabalho porque eu preciso trabalhar porque eu preciso ganhar dinheiro.” (P8)

“Gera, dá dinheiro, é, pra sobreviver né, porque sem emprego ninguém sobrevive né.” (P2)

“É conquistar algumas coisas, um carro, uma moto, uma outra casa porque minha casa é pequena. Alguma coisa assim nesse sentido, um progresso né.” (P6)

O trabalho como forma de inclusão social traz a possibilidade de estar em contato com outras pessoas, facilitando as trocas de experiência e, assim, evitando possíveis crises acarretadas pelo sofrimento psíquico. (Andrade, et al., 2013)

O participante P8 destaca a importância do trabalho como geração de renda para manter a rotina do cuidado de si.

“Por que como que você, sem ter... sem ter nenhum tipo de salário como que você vive na vida? Eu tô preocupado de ah, de você tem... Todo, todos os 30 dias você tem um horário mesmo, cumpra a ocupação de trabalho todos 30 dias eu cortava meu cabelo. Faz o cabelo, faz barba, mas, agora eu tô até com medo do que tá acontecendo na minha vida (...)” (P8)

Como colocam Salles e Barros (2014, p. 1284), a inclusão social pressupõe uma vida cotidiana com qualidade e a possibilidade de realização pessoal. Nos relatos dos participantes eles expressam desejos individuais que também passam por critérios de inclusão, a inclusão social significa também a possibilidade de realização desses desejos. (Salles; Barros, 2014)

Alguns expressam a vontade de poder ajudar na manutenção financeira do lar e da família, o que no momento não está sendo possível pela falta de oportunidade no mundo do trabalho, podendo gerar sentimentos de incapacidade por não poder cumprir esse papel, como é expressado pelo participante P9.

“(...) ficar só esperando só a renda da mulher não dá. Tem hora que eu fico triste com isso. De querer ajudar e não tá podendo” (P9)

“(...) todo mundo sabe que um pai de família depende de um trabalho, depende de trabalho. Nenhum pai de família é só.” (P8)

“Manutenção familiar, minha, precisa da minha manutenção, precisa fazer a manutenção dos demais.” (P3)

Um fator importante destacado pelos participantes é a busca por propósito e foco a partir da atividade produtiva, que aparece nos relatos como forma de ocupar o tempo ou sair da ociosidade.

“Porque ter dinheiro né e também pra ter uma ocupação na vida assim tipo pra se sentir útil, pra ter um propósito e pra me distrair né.” (P7)

“Qualquer serviço, pra ocupar minha mente.” (P4)

“Ah... não pensei nisso ainda não. Pra mim qualquer coisa ta bom. Aprendendo tá bom.” (P5)

Até aqueles participantes que consideram que, de maneira geral, suas experiências de trabalho foram mais negativas do que positivas, reconhecem que há no trabalho uma possibilidade de socializar e se auto conhecimento.

“(...) foram muitas experiências ruins. Mas é muito legal porque eu descobri várias coisas, deu pra aprender muita coisa, deu pra aprender a ruindade do ser humano também. Deu pra ser menos inocente... deu pra descobrir o que eu gosto. Então serviu como... é aquele negócio, de aprender no sofrimento.” (P7)

Nos relatos dos participantes podemos observar que muitos enxergam no trabalho o principal meio para resgatarem e/ou começarem novos projetos de vida.

Esse aspecto é muito importante na vida de todos os sujeitos, visto que, segundo Salles e Barros (2014, p. 1287) à medida que buscamos nossos sonhos fazemos coisas, conhecemos pessoas e diferentes oportunidades se apresentam. Como resultado disso, nossas aspirações mudam, e muitas vezes mudamos de direção.

A profissionalização é um aspecto pertinente nos relatos a respeito de projetos de vida.

“Ah, eu tenho vontade de fazer um curso de computação e trabalhar com montagem, montar e desmontar computador.” (P4)

Ah eu espero que saia de lá como aprendiz, pelo menos para aprender alguma coisa. Pra usar, pra gente usar pra gente mesmo. (P5)

Ah, às vezes eu procuro algum curso na internet tipo eu to tentando melhorar o inglês. Ai eu tava procurando algum curso gratuito de Excel, essas coisas sabe. Se eu tivesse com dinheiro eu ia ou tentar conseguir bolsa em algum curso de gastronomia, esses que são mais rápidos. Mas, por enquanto, não está acontecendo. (P7)

Outro ponto importante, destacado principalmente pela participante P1, é o interesse em aprender habilidades novas relacionadas ao que estava vivenciando na capacitação em Economia Solidária realizada no espaço Kaparaó.

“Ah porque assim, que nem eu já levei o caderninho no curso pra anotar no caderninho pra anotar. Ai eu aprendo a fazer as coisas que eu posso vender, né. Ai eu levo a cadernetinha para anotar que ai eu posso vender.” (P1)

“Fazer salgado. Eu queria aprender a fazer salgado.” (P1)

“Ah eu espero que eu queria aprender a fazer as coisas pra mim poder vender, me tornar, como assim, posso dizer, uma microempreendedora não é que fala?” (P1)

Trataremos da importância e influência da capacitação realizada no Espaço Kaparaó na próxima categoria de análise.

Para este público, o trabalho se coloca na relação ambígua entre ser explorado e desvalorizado ao mesmo tempo em que é o meio que garante o mínimo para sobrevivência, promove autonomia e inclusão e corrobora para a construção de projetos de vida. Neste sentido, argumentamos que o trabalho nos moldes da Economia Solidária se coloca como possibilidade efetiva para a segunda perspectiva apresentada. Como apontam Lussi, Leão e Dimov (2022, p. 10),

O que temos observado é que a Economia Solidária se coloca como uma forma efetiva das pessoas com sofrimento psíquico se inserirem em iniciativas produtivas mais justas e solidárias. Em alguns casos, o trabalho

tem se configurado mais como produção de vida do que como alternativa de geração de renda. Essas condições permitem a saída da condição da não existência do improdutivo.

Para as autoras a prática da autogestão possibilita processos de emancipação social. “No cotidiano dos empreendimentos, a autonomia, a liberdade e o engajamento nos processos de produção e no próprio empreendimento vão se tornando visíveis por meio das opiniões compartilhadas de forma espontânea pelas pessoas durante o trabalho e nas assembleias”. (Lussi; Leão; Dimov, 2022, p. 10). Além disso, é possível identificar que a participação nas feiras de Economia Solidária e em espaços de representação, como nos Conselhos e Fóruns de Economia Solidária, explicitam processos de participação e emancipação social. Identificamos também que percursos da vida influenciaram o histórico ocupacional dos participantes. Fica evidente no relato do participante P8 como, desde sua infância, pelo falecimento do pai, precisou adentrar no mundo do trabalho para ajudar a família e como isso afetou seu percurso de vida.

“Então... porque eu nasci na Bahia e lá na Bahia a gente... o trabalho da gente mais é isso daí, é roça, meu pai morreu, deixou eu com 11 anos de idade, eu fui direto pra roça. Minha maior tristeza foi ter perdido meu pai.”
(P8)

“O que eu queria eu tinha, meu tempo eu estudava e eu com segundo ano já pensava em ser um padre e queria... já pensava em se formar, (...) Eu já pensava em ser um padre já na época. E, não deu certo, perdi meu pai, porque tinha que estudar e... estudar, estudar com as freiras também, né. Então, nesse tempo aí que eu ia estudar com as freiras, é... Aconteceu o acidente com meu pai, o carro veio, atropelou ele, matou ele, acabou... acabou o destino do homem, 11 anos de idade, saiu da escola, foi... foi... trabalhar.” (P8)

E relata como atualmente, apesar de ter uma ampla bagagem de experiência profissional, tem muita dificuldade em retornar ao mundo do trabalho por falta de estudo e, por sua deficiência auditiva.

“Ah, porque... é difícil porque... tudo que eu trabalho, não dá o trabalho pra mim, né, que... fica difícil até, há momento, que tem pessoa até que quer

dá o trabalho, mas a dificuldade de ouvir é que tira das, retira as doações de trabalho. (...) Porque... o problema, o povo não recebe eu por causa da audição.” (P8)

“Já trabalhei de pedreiro, pintor, já trabalhei de frentista, de segurança, então já trabalhei, já fiz um monte de trabalho que hoje, eu já falo que eu... não, não tem mais esse trabalho pra mim. Porque... ninguém vai querer ninguém mais sem estudo nesses trabalhos. Apesar que todo tempo ninguém nunca quis. Mas como tinha falta de trabalhador, tinha que ter... tinha que ser, como se diz... tinha que ser esperto de saber fazer o trabalho.” (P8)

No relato anterior o participante aponta sua angústia em não ter oportunidade de trabalho visto a falta de estudo, o que em sua concepção é algo que nenhum empregador quer, porém, em anos anteriores pela falta de mão de obra, quem era “esperto” conseguiu adentrar no mundo do trabalho.

É importante lembrar que visto a pouca participação da população com deficiência no mercado de trabalho, o governo atribuiu às empresas, a partir da Lei nº 8213/91, conhecida como lei de cotas para pessoas com deficiência, parte da responsabilidade em incluir pessoas com deficiência na sociedade (Brasil, 1991). Porém, ainda assim, observa-se como o sofrimento psíquico é um fator que gera estigmas para as pessoas e quando se somam a outros fatores de saúde, por exemplo, acaba por potencializar a falta de oportunidades, e, conseqüentemente, a desigualdade.

Nesta categoria pudemos perceber a importância do trabalho na vida das pessoas e seu papel na elaboração de projetos de vida.

Na categoria a seguir analisaremos a influência da capacitação em Economia Solidária para a conscientização sobre aspectos do trabalho que acabam adoecendo e contribuindo para a exclusão social das pessoas em sofrimento psíquico e que fazem uso problemático de álcool e outras drogas e sobre a potência da autogestão para a organização de formas de trabalho mais justas e mais dignas. Esse conhecimento, aliado às suas vivências, colaboram para que essas pessoas desenvolvam críticas e reflexões acerca do sistema capitalista ao qual estamos submetidos.

5.2.5 Críticas advindas do trabalho e a influência da participação na capacitação em Economia Solidária.

Os encontros que aconteceram na capacitação em Economia Solidária durante o desenvolvimento deste estudo tiveram como objetivo a sensibilização das pessoas para o tema da Economia Solidária. A partir das entrevistas e das anotações do diário de campo, observamos que os participantes se apropriaram dos conceitos trabalhados nos encontros, seja por meio das experiências pessoais, ou em grupo.

Durante a entrevista, quando perguntado aos participantes se eles desenvolvem alguma atividade de trabalho atualmente, alguns consideram que o grupo formado na capacitação em Economia Solidária já se caracteriza como uma cooperativa de trabalho.

“Ah é a cooperativa né.” (P7)

“Só fazendo curso no KAPARAÓ” (P1)

No momento em que foi realizada a entrevista, a sensibilização sobre Economia Solidária estava em fase inicial e o grupo não havia se consolidado até então, assim como todo o processo. Desta forma, os participantes tinham muitas dúvidas que geravam ansiedade sobre como seria o grupo futuramente.

Mas, ainda assim, mesmo com poucas certezas se a formação de um empreendimento econômico solidário seria efetivada, o processo da sensibilização por meio da realização das oficinas foi valorizado como momentos de bons aprendizados, como demonstrado no relato da participante P7.

“E o que a gente aprendeu até agora já é muito bom assim sabe. A gente não sabe que caminho vai seguir né, como vai ser o futuro, mas tudo o que aconteceu até agora já valeu a pena.” (P7)

A partir da sensibilização sobre Economia Solidária também foi observado como os encontros afloraram o lado crítico dos participantes a respeito da exploração do mundo capitalista. Tanto no próprio espaço Kaparaó, no intervalo dos encontros, como nos serviços, foi possível ouvir os participantes conversando sobre

os novos conhecimentos adquiridos. Isso também foi identificado no processo de análise das entrevistas. Os relatos a seguir ilustram este resultado.

“É de ascender socialmente né porque, já pensou a pessoa trabalha a vida inteira como servente de pedreiro e nunca vai subir de cargo, nunca vai ser um pedreiro, nunca vai ser um ... um mestre de obra, nunca vai ser um engenheiro, entende? Porque muitas vezes não tem nem a capacidade... a oportunidade de estudar também né? Porque a pessoa chega cansada do trabalho, a noite tem a faculdade, já não dá pra ele muitas vezes fazer faculdade a noite né então deveria dar mais oportunidade né.” (P6)

O relato explicita que o participante P6 manifesta seu desejo de que poderia haver mais oportunidades para aqueles que enfrentam barreiras para seu crescimento profissional, seja pela não possibilidade de se profissionalizar ou pela rotina exaustiva de trabalho e estudo.

Outra participante relata a esperança de que exista um trabalho para além dos moldes capitalistas e não quer que seja uma atividade remetida à exploração e tortura.

“Então é isso, tipo, eu quero ter a esperança de que existe trabalho que não é exploração. Igual alguém falou em um dos primeiros encontros lá da cooperativa.... perguntou o que é trabalho e a pessoa falou tipo que se for seguir a origem da palavra significa é... tortura, sacrifício, alguma coisa assim. Só que ele falou “oh só que eu espero que um dia, trabalho signifique diversão remunerada”. E eu acho que pode ser, trabalho não precisa ser tortura.” (P7)

Um dos princípios da Economia Solidária é a autogestão, na qual “os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa” (Brasil, 2007, p. 32), que promove a emancipação “a Economia Solidária emancipa, liberta”. (Brasil, 2007, p. 32)

Observamos que a participante se mostra apta para o trabalho autogestionário e que suas experiências a fazem elaborar críticas concretas sobre a economia capitalista.

A prática da autogestão constitui-se na construção coletiva de espaços decisórios democráticos. Esse é um grande desafio, uma vez que a convivência

entre diferentes indivíduos propicia naturalmente o surgimento de situações de conflito. Assim, a partir dos encontros e das interações entre os participantes, o grupo passou por um processo de aprendizagem com seus próprios erros e acertos, se fortalecendo e aprimorando por meio da compreensão e compartilhamento de ideias.

No relato a seguir, observamos semelhança com o trabalho autogestionário a partir da ideia de que na autogestão não há discriminação entre as pessoas, sendo todos tratados de maneira igual para que haja horizontalidade nas relações..

“Dá pra gente ser útil de um monte de coisa, tipo, dá pra você ser útil catando lixo, sendo psicólogo ... dá pra você ser útil pintando parede e se divertindo. Não importa a função, dá pra você se divertir e ser ... é ... funcional mesmo, pra ... pra sociedade, pra você mesmo, ou mesmo, para um núcleo pequeno de pessoas. É muito ruim esse negócio de associar trabalho com sacrifício.” (P7)

A valorização da diversidade e a valorização da aprendizagem são princípios presentes no movimento da Economia Solidária e são aspectos importantes para que o trabalho possa ser uma atividade significativa para todos os envolvidos. (Brasil, 2007, p. 33)

Outro aspecto presente nos relatos se refere à consciência de classe. Alguns participantes em seus relatos demonstram a consciência das irregularidades em seus antigos empregos e têm o desejo de buscar justiça para garantir seus direitos.

“(...) cada empregador vai tá correndo o risco de ser processado a qualquer momento. E quando vê que tem alguém que realmente processa, com habilidade ou sem habilidade, aí tem que descartar... porque é uma peça perigosa para o trabalho. A consciência assusta os trabalhadores... os empregadores” (P3)

“(...) teve um dia que eu trabalhei dezesseis horas seguidas e a diária era doze horas. (...) E eu vi tipo eu fui ... eu ia processar ele na época, mas meu pai falou “não, você não pode mexer com gente poderosa, esse cara pode acabar com você” aí eu não coisei. Só que aí depois quando rolou disso eu fui pesquisar, tem muito processo trabalhista nas costas dele.” (P7)

Segundo Nascimento (2022, p. 35), a exploração/dominação no trabalho está

governada pela economia capitalista, de gênero/sexo e pela estrutura da “sagrada família” que revela a cumplicidade entre capitalismo, cristianismo e família burguesa.

Assim, o relato da participante P7 reafirma o colocado pelo autor, uma vez que nos mostra que apesar de ter trabalhado por dezesseis horas seguidas, ela foi aconselhada a não ir atrás de seus direitos, visto que seu empregador era uma pessoa de grande poder e, possivelmente, poderia prejudicá-la futuramente. Vemos como o trabalho nos moldes capitalistas é desumano e favorece aqueles que já detém muita riqueza e poder.

Por fim, identificamos também que a vivência na capacitação em Economia Solidária, a partir da construção de vínculo de todos os presentes no processo e da prática da construção coletiva, despertou um sentimento de pertencimento em grupo, explicitou a energia que se consegue em grupo numa experiência de Economia Solidária.

“Ah, eu tô com expectativa que vai dar certo, eu acho que vai dar certo lá pra nós. (...) e o pessoal tá tudo animado, falando da, tem uns que quer fazer marmitex, tem outros que quer... que quer, fazer pão, sabe? Experimentando que a gente vai ver qual, qual vai ser a melhor, em grupo que é... que é... é bom que todos são amigos um do outro e é... a união faz a força, é. E nós junto, a gente pode vencer também” (P4)

Com base nos relatos e nas anotações do diário de campo, identificamos que a maioria dos participantes da pesquisa possui aptidão para o trabalho autogestionário, uma vez que a partir de seus relatos conseguimos identificar a apropriação dos princípios da autogestão, principalmente, quando tratado do desejo de desenvolver um trabalho justo e sem discriminação.

Retomamos os apontamentos de Schiochet (2020), sobre a necessidade gerada pela pandemia de compor um novo sistema econômico, o qual pode se somar à Economia Solidária.

Os resultados desta pesquisa apresentados nesta categoria reafirmam os pressupostos do autor, uma vez que os participantes apresentam aptidão para o trabalho autogestionário e explicitam não terem desejo de retornar ao trabalho nos moldes capitalistas.

Argumentamos que, a pandemia ao explicitar as desigualdades no trabalho,

sobretudo para aqueles que vivem na informalidade, acabou por gerar uma análise crítica numa parcela da população em relação à exploração capitalista.

Por fim, apresentaremos algumas percepções dos participantes do Grupo 2 a respeito do Programa de Transferência de Renda.

5.2.6 Percepções a respeito do Programa de Transferência de Renda “PIIS”

Como dito anteriormente, o programa de transferência de renda “Programa de Incentivo à Inclusão Social”, do município de Araraquara é destinado a pessoas que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade. Dentro desse grupo estão as pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas (Araraquara, 2017). Os dois participantes do Grupo 2 desta pesquisa são usuários do CAPS AD de Araraquara.

As capacitações profissionais ofertadas a partir das ações do PIIS são realizadas no Espaço Kaparaó (Araraquara, 2021a), onde aprendem atividades relacionadas à construção de currículo, informática básica, marketing pessoal, entre outras atividades. (Paiva; Silva, 2020)

Os cursos profissionalizantes ofertados pelo programa são de auxiliar administrativo, vendas, zeladoria, limpeza, jardinagem, pintura, estética e beleza, alimentação, entre outros. Além disso, os beneficiários aprendem módulos relacionados ao empreendedorismo e Economia Solidária e assim que terminam o ciclo, estão aptos para participar dos EES. (Paiva; Silva, 2020)

A seguir apresentaremos a perspectiva dos dois participantes beneficiários do PIIS, sobre o programa de transferência e as ações realizadas no Espaço Kaparaó.

A participante P10 está há pouco tempo e refere acreditar que vai ser uma experiência que vai agregar em seu histórico profissional.

“Pra mim o importante mesmo é concluir o curso pra ganhar uma renda maior.” (P10)

“[E você acha que sem o PIIS você conseguiria retornar ao trabalho?] Eu acho que não, porque com o PIIS vai melhorar né com o curso. Por isso

que eu entrei prá cá, pra vaga de emprego ser melhor pra mim porque eu trabalhei na coleta. Auxiliar de coleta.” (P10)

A participante demonstra desejo em começar a prática da profissionalização ofertada pelo programa. Como ela está no curso há dois meses, ainda está no processo das atividades teóricas, porém, anseia pela prática, pensando no trabalho, futuramente, como ilustra o relato a seguir.

“Por enquanto, eu entrei agora, sou nova. Vai fazer acho que dois meses. É legal, interessante. O ruim do PIIS é... o ruim não, é bom. As palestras, porque eu acho melhor a gente trabalhar mais é... o curso fisicamente, mexendo a mão.” (P10)

O participante P11 mostra gratidão pela oportunidade de poder estar se profissionalizando a partir dos cursos ofertados pelo PIIS e por todo suporte das equipes envolvidas nesse processo.

“Né, tanto que foi ele através do [nome de uma pessoa que indicou o PIIS] que me colocou aqui. Porque se não eu tava ai perdido ... eu tava ai ... né. Era bem provável que eu não sabia... não sei o que seria de mim. Então eu devo muito ... primeiro, a agradecer a oportunidade que me deram. A E., principalmente.” (P11)

“Então eu devo muito a essa casa, a oportunidade que eu tenho aqui. Me desenvolvi muito, muito mais do que eu era. Me desenvolvi muito e agradeço muito tudo o que fizeram por mim aqui, eu agradeço muito. Principalmente a E.” (P11)

Como apontado anteriormente, a questão da idade foi identificada como um fator de dificuldade de inclusão no mundo do trabalho.

Em relação a isso, um dos participantes relatou a importância dos programas de transferência de renda, apontando que, apesar de precisar do trabalho, a idade é um fator que muitas vezes impede a pessoa de ser contratada e, de certa forma, é excluída do mundo do trabalho. Apesar de toda bagagem profissional que o participante carrega, o fator da idade é o que se sobressai, dificultando sua reinserção no mundo do trabalho.

Difícilmente as empresas enxergam os sujeitos mais velhos como uma opção para o trabalho, pelo motivo de que existe o mito que o desempenho dos trabalhadores cai a partir de quando começam a envelhecer. O preconceito e até mesmo a falta de treinamento para esse público fazem com que sejam obrigados a saírem do seu trabalho quando atingem certa idade e não têm outras oportunidades no mundo do trabalho. (Mattos, 2021)

Para a autora (2021, p.14) o local de trabalho é um microcosmo do contexto social, em que os trabalhadores vivem. Com isso, os preconceitos e vieses inconscientes de uma sociedade se refletem neste ambiente.

Segundo Soares (2006, p. 49), os programas de transferência de renda:

São importantes porque sem eles dificilmente a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade a níveis toleráveis serão possíveis dentro de um horizonte de tempo razoável. Mesmo sem ter uma longa história e sem atingir toda a população elegível, eles têm tido o condão de aliviar ou sanar a pobreza de milhões de brasileiros. Embora esses programas seguramente não constituam uma solução única e permanente para os problemas sociais do país, não há dúvida de que devem fazer parte de qualquer proposta séria de promoção de uma sociedade mais justa.

Assim, a partir dos relatos dos participantes e da literatura utilizada no estudo, apontamos a importância dos programas de transferência de renda, em especial, do programa de transferência “PIIS”, não só para a capacitação profissional, mas também como um local de acolhimento, onde os sujeitos identificaram esperança para o futuro. Também apontamos sua importância para o enfrentamento da crise no contexto pós-pandêmico, uma vez que viabiliza a inclusão no trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivos gerais identificar quais as expectativas de usuários de CAPS II e CAPS AD sobre um possível ingresso ou retorno ao trabalho na perspectiva da Economia Solidária; e quais as facilidades e as dificuldades encontradas para a inclusão no trabalho para os participantes de

programa de transferência de renda. E como objetivos específicos buscou investigar o histórico ocupacional dos usuários de CAPS II e CAPS AD de Araraquara que têm perfil para a inclusão no trabalho e o grau de aptidão destes usuários para o trabalho coletivo e autogestionário. Desta forma, observamos que os objetivos não foram alcançados em sua totalidade, uma vez que os participantes que compuseram o Grupo 2 estavam inseridos no PIIS, mas ainda não estavam inseridos em atividades de trabalho no momento da coleta de dados. Desta forma, conseguimos analisar as facilidades e as dificuldades em relação à participação no PIIS e também em experiências de inclusão no trabalho anteriores à participação no Programa.

Apontamos que o estudo forneceu importantes informações sobre os grupos estudados, com relação ao seu histórico ocupacional, às expectativas de retorno ao mundo do trabalho e ao grau de aptidão para o trabalho coletivo e autogestionário dos participantes do Grupo 1.

Os participantes desta pesquisa formam um grupo heterogêneo de pessoas com distintas experiências de trabalho e histórias de vida. Alguns possuem amplo repertório de atividades produtivas exercidas no decorrer da vida, outros, possuem poucas experiências, comumente marcadas pela informalidade.

Os participantes relataram sobre suas diferentes experiências a respeito das barreiras que dificultam a inserção e permanência no mundo de trabalho nos moldes capitalistas. Muitas destas barreiras estão relacionadas à formas de discriminação não só no ambiente de trabalho, mas também em todo cotidiano. São relacionadas ao sofrimento psíquico, à idade, à baixa escolaridade, à presença de deficiência, como é o caso de um participante, em específico, ou ao uso problemático de álcool e outras drogas. Essas são as principais discriminações experienciadas pelos participantes do presente estudo em relação à inserção e permanência no trabalho.

Porém, há relatos sobre experiências de trabalho que remetem a sentimentos positivos, sobretudo quando envolvem vivências compartilhadas com familiares e quando estimulam aptidões pessoais.

De maneira geral, o estudo revelou que os participantes relacionam o trabalho, primeiramente, como uma forma de conseguir dinheiro para garantir sua sobrevivência. A partir do trabalho existe a possibilidade de exercer trocas sociais, estar na vida comunitária, ter autonomia, ajudar na manutenção financeira da família e do lar, ter um foco e propósito e adquirir bens materiais. Além do desejo de se

especializar e continuar adquirindo novos conhecimentos. O trabalho é uma prática importante para que os sujeitos se sintam motivados a retomar e começar novos projetos de vida.

Para algumas pessoas, as experiências negativas ao longo da vida são vistas como oportunidades de desenvolver resiliência, de aprender mais sobre si mesmo e sobre a sociedade. Por outro lado, para alguns participantes, aqueles com idade mais avançada, o acúmulo de experiências durante os anos não acarretou em uma ascensão social, o que acabou por gerar sentimentos de frustração e tristeza.

Alguns participantes não almejam uma atividade específica para o retorno ao trabalho, eles consideram válidas todas as oportunidades de trabalho. Apesar disso, a maioria demonstra não ter interesse em retornar àqueles trabalhos que exploram a mão de obra dos trabalhadores ou não oferecem locais dignos para exercer a prática do trabalho, pois, dificultam a permanência e afetam a saúde mental de forma negativa. Assim, há expectativas sobre a possibilidade de adentrar em um trabalho digno, que valorize as pessoas e suas habilidades.

O estudo revelou que diversos participantes têm aptidão para o trabalho coletivo e autogestionário, considerando que em vários relatos aparecem questões relacionadas à horizontalidade das relações de trabalho, à consciência de classe e ao desejo de exercer um trabalho sustentável com valor social.

Foi possível observar a influência da capacitação em Economia Solidária de forma positiva. Os participantes do Grupo 1 se apropriaram dos conceitos da Economia Solidária em seus relatos e desenvolveram uma análise crítica em relação à exploração do trabalhador no mercado capitalista.

Apontamos a importância do estímulo à sensibilização das pessoas em sofrimento psíquico e pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas para os princípios da Economia Solidária no contexto pós-pandêmico, uma vez que as iniciativas de Economia Solidária e as redes de solidariedade têm se colocado como estratégias importantes na luta contra a crise ocasionada pela COVID-19.

Os resultados desta pesquisa reafirmam os apontamentos da literatura sobre a necessidade de criação de um novo sistema econômico, no contexto pós-pandêmico, que pode se somar à Economia Solidária, uma vez que os participantes apresentam aptidão para o trabalho autogestionário e explicitam não terem desejo de retornar ao trabalho nos moldes capitalistas.

Concluimos que a Economia Solidária se apresenta como potente forma de ressignificação do trabalho para pessoas em desvantagem social, especialmente aquelas em sofrimento psíquico e uso problemático de álcool e outras drogas, possibilitando a inclusão social por meio do trabalho justo e digno.

Concluimos também que o processo de capacitação profissional oferecido pelo programa de transferência de renda “PIIS” possibilitou aos participantes um espaço de escuta e acolhimento, para além da profissionalização.

Assim, pontuamos a importância dos programas de transferência de renda, também como forma de inclusão social a partir do trabalho para essas pessoas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-26.

ANDRADE, M. C. et al. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e Economia Solidária. **Psicologia Ciência e Profissão**, Paraná, v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932013000100014&script=sci_abstract&lng=p t. Acesso em: 20 jul. 2021.

ARARAQUARA, Prefeitura Municipal de. **Espaço Kaparaó**. Araraquara, 2021a. Disponível em: <https://www.araraquara.sp.gov.br/governo/secretarias/assistencia-e-desenvolvimento-social/paginas-desenvolvimento/conteudo/espaco-kaparao>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ARARAQUARA, Prefeitura Municipal de. **Projeto da Prefeitura cria o Programa de Incentivo à Inclusão Social**. Araraquara, 2017. Disponível em: <https://www.araraquara.sp.gov.br/importacao/noticias/2017/06/13/projeto-da-prefeitura-cria-programa-de-incentivo-a-inclusao-social>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ARARAQUARA, Prefeitura Municipal de. **Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo**. Araraquara, 2021b. Disponível em: <https://www.araraquara.sp.gov.br/governo/secretarias/trabalho-e-desenvolvimento-economico>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Z. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 141/2019, de 11 de abril de 2019.** Cria o Programa Municipal de Transferência de Renda e Incentivo à Inclusão Produtiva - "Bolsa Cidadania". Araraquara: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: <http://consulta.camara-arq.sp.gov.br/ProjetosLei/141-2019> . Acesso em 22 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 8.163 de 20 de dezembro de 2013. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social Pronacoop Social.** Brasília, dezembro de 2013a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2013/Decreto/D8163.htm. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Características étnico-raciais da população: classificações e conceitos. Brasil, 2022. Disponível em: https://diepafro.ufu.br/sites/diepafro.ufu.br/files//media/document/ibge_caracteristicas_etnico-raciais_da_populacao-classificacoes_e_identicidades.pdf>. Acesso em: 30 jul 2024.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde Mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho. 1. ed. Brasília: MS, p. 7-19, 2005. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/departamento/nucleo/CComs/doc/Sm%20e%20economia%20solid%20ria.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia solidária: outra economia acontece.** Cartilha da campanha nacional de mobilização social. Brasília: MET, SENAES, FBES, 2007. 36p. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/cartilha-32pg-economia-solidaria-fbes-cecip-web-071002.pdf>. Acesso em: 23 ja. 2024.

BRASIL. Plano Brasil Sem Miséria. Pronatec - Brasil sem miséria. Brasília: BSM, PDE, GOV.BR, 2013b. 28p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Pronatec_BSM_nova_04.2013.pdf>. Acesso em: 24 jul 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, julho de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 22 jan 2024.

BRASIL, Presidência da República. Lei Nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos. Brasília, 10 de novembro de 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9867.htm. Acesso em: 22 jan 2024.

BRASÍLIA, Fundação Oswaldo Cruz. **Cartilha 5: As políticas públicas - a Assistência Social, a Defesa Civil, a Educação, os Direitos Humanos e a Habitação na Reconstrução pós-desastres?** Curso Nacional de Saúde Mental e Atenção Psicossocial na covid-19: Reconstrução pós desastres e emergências em saúde pública. Brasília: [Curso na modalidade a distância]. Escola de Governo Fiocruz Brasília, 2022a. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/08/Cartilha-05_Curso-Saude-Mental-Fiocruz_Modulo-5_.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASÍLIA, Fundação Oswaldo Cruz. **Cartilha 1: O momento atual da Síndemia.** Curso Nacional de Saúde Mental e Atenção Psicossocial na covid-19: Reconstrução pós desastres e emergências em saúde pública. Brasília: [Curso na modalidade a distância]. Escola de Governo Fiocruz Brasília, 2022b. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/07/Cartilha-01_Curso-Saude-Mental-Fiocruz_Modulo-1_.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BRASÍLIA. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Sebrae - A força do empreendedor brasileiro. Brasília, 2021. Disponível em:

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos>.

Acesso em: 30 jul. 2024.

BORSOI, I. C. F. Vivendo para Trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. **Convergência, Revista de Ciências Sociais**, v. 5, p. 113 - 133, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/conver/v18n55/v18n55a5.pdf>.

Acesso em: 16 jan. 2024.

CATTANI, A. D. (Org.) A outra economia. 1a ed. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CESTARI, V. R. F. et al. Vulnerabilidade social e incidência de COVID-19 em uma metrópole brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1023-1033, 2021.

Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csc/2021.v26n3/1023-1033/pt>>.

Acesso em: 05 jan. 2023.

CHIARIELLO, C. L.; FONSECA, S. A.; MORAIS, L. P. Abordagem política e institucional da Economia Solidária na América Latina e a experiência da Senaes no Brasil (2004-2019). **Otra Economía**, v. 14, n. 25, p. 76-95, 2021.

CHIARIELLO, C. L.; FONSECA, S. A. Políticas públicas e orçamento para Economia Solidária no Brasil (2004-2021): da agenda propositiva ao abandono. *Revista NAU Social*, v.13, n.25, p. 1161 - 1175, 2022.

CIEGES - Centro de Inteligência Estratégica para a gestão estadual do SUS.

Disponível em: <https://cieges.conass.org.br/pagina-inicial>. Acesso em: 04 fev. 2024.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. O processo de trabalho nas fábricas de autogestão. **ORG & DEMO**, v. 2, p. 17-27, 2001. Disponível em:

<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/447>>. Acesso em:

05 jan. 2023.

DE ARCANJO, M. A. S.; DE OLIVEIRA, A. L. M. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, 2017. Disponível em:

<<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127/94>>

. Acesso em: 06 jan. 2024.

DIEESE, DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Subsídios para a Economia Solidária. São Paulo: DIEESE, 2014. p. 104. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/livro/2014/subsidioEconomiaSolidaria.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

FERNANDES, J. L. Covid-19 no Brasil: Aprendendo a andar no escuro sem deixar nada para trás. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. v. 114, n. 6, p. 988 – 991, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/dpdQbrScHy6b3sVkSWVsjMd/?lang=pt#> Acesso em: 20 jul. 2021.

FERREIRA, A. C. L. Emancipação Social e Participação Popular: Convergências a partir do estudo de empreendimentos solidários. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A.C. Como elaborar um projeto de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GULJOR, A. P. F; LIMA, G. S. ; CRUZ, P. N. Economia Solidária em Saúde Mental à frente da COVID-19: Caso “Makeba Bijus”. In: PINHO, L.; SILVA, J. H. M.; SENA, A. Respostas das cooperativas e da Economia Solidária frente à crise social, econômica e sanitária da COVID-19 no Brasil. Santo André: COOP ACESSO, 2020. p. 93 - 103.

HORTON, R. Off-line: COVID-19 não é uma pandemia. **A lanceta** , v. 396, n. 10255, pág. 874, 2020.

JURASZEK, L.; GUMBOWSKY, A.; RAUTENBERG, R. R.; BAZZANELLA, S. L. Estado, Economia Solidária e a resignificação do trabalho. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 42, p. 108-133, 2019.

KOOIJ, D.; LANGE, A.; JANSEN, P.; DIKKERS, J. Older workers' motivation to continue to work: five perspectives. **Journal of Managerial Psychology**, v.1, n 28, p. 35-50, 2013.

LIBONI, M. T. L; PEREIRA, M. C. S. Entre Contradições e inovações: a pesquisa de uma empresa de autogestão. O risco da naturalização da realidade. In: Encontro Anual da ANPAD, 26. Salvador: ANPAD, 2002. CD-ROM

LIMA, J. L.; MELO, A. B. de; PERPETUO, C. L. Pandemia e a exacerbação das vulnerabilidades sociais: impactos na saúde mental. **Akrópolis**, Umuarama, v. 29, n. 1, p. 59-74, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/8310>. Acesso em: 26 jul. 2022.

LIMA, J. C; SOUZA, A. R. Trabalho, solidariedade social e Economia Solidária. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 93, p. 139 – 168, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3jJ636jKqtVTs6KMq6dF99q/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 jul. 2021.

LIMA, N. T. Pandemia e interdisciplinaridade: desafios para a saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 9-24, 2023. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hDBs7ftnVrRKDpzLpNqvFdz/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 05 jan. 2023

LOWY, M. La Théorie de la Révolution chez le Jeune Marx, 1970.

LOWY, M. Marxisme et Romantisme Révolutionnaire. le sycamore. Paris, 1979.

LUSSI, I. A. O. Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. Tese (Doutorado em Ciências, Programa Enfermagem Psiquiátrica) - Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2009.

LUSSI, I. A. O.; MORATO, G. G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da Economia Solidária. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 20, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/681/395>. Acesso em: 13 fev. 2024

LUSSI, I. A. O.; LEÃO, A.; DIMOV, T. Práticas emancipatórias em saúde mental. Interface (Botucatu), v. 26, 2022. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/icse/a/yfqYb863mLLyzvNRzdMfbPb/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MACIEL, S. C. et al. Reforma psiquiátrica e inclusão social: um estudo com familiares de doentes mentais. *Psicologia Ciência e Profissão*, Paraíba, v. 29, n. 3, p. 436-447, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s141498932009000300002&script=sci_abstract&tng=pt . Acesso em: 27 jul. 2021.

MARTINS, R. C. A. Saúde mental e Economia Solidária: construção democrática e participativa de políticas públicas de inclusão social e econômica. In: CORTEGOSO, A. L., LUCAS, M. G., organizadores. **Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2008. p.245-62.

MATTOS, R. L. Mudanças nas organizações: etarismo e contratação de profissionais 50+. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade) - Escola de Administração de em Empresas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2021.

MENDES, R. et al. Economia Solidária e COVID-19: Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis. Vol. 3, 2021. Disponível em: https://abpes.org/abpes/wp-content/uploads/2021/10/MENDES_Renata_SANTOS_Mariana_LIMA_Thais_BORGES_Ana.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MOLINA, W. S. L. et al. A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise

COVID-19. *Otra Economía*, v. 13, n. 24, p. 170 – 189, 2020. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14914>

Acesso em: 20 jul. 2021.

MORATO, G. G.; LUSSI, I. A. O. Caracterização de iniciativas de geração de trabalho e renda destinada a usuários de serviços de saúde mental e aproximação com a Economia Solidária: a realidade do Estado de São Paulo. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 26, n. 3, 2015, p. 336-344. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/104976>. Acesso: 02 ago. 2021.

NASCIMENTO, C. *Autogestão e modos de vida*. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2022. 379 p.

NETO, O. Z. S. et al. Ações da Rede de Cooperação Solidária de Mato Grosso para o enfrentamento da crise social provocada pela pandemia da COVID-19. In: PINHO,

L.; SILVA, J. H. M.; SENA, A. Respostas das cooperativas e da Economia Solidária frente à crise social, econômica e sanitária da COVID-19 no Brasil. Santo André: COOPACESSO, 2020. p. 43 - 54.

NUNES, J. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. 1-4, 2020.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/sng9pd8tLNdY3cQrDChhqPr/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 05 jan. 2023

OUVINA, H. *Rosa Luxemburgo y la Reivencion de la Política: Uma Lectura Latino Americana*. 2. ed. Colômbia: El Colectivo, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Folha Informativa sobre COVID-19. 2020. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/covid19#collapse-accordion-24199-2>>. Acesso em: 4 jan.

2024.

PAIVA, C. C.; SILVA, E. A política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara/SP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) - Araraquara, 2020 Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10416/1/bmt_70_politica_publica_arararaquara.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

RENAULT, E.; DUMENIL, G.; LOWY, M. Ler Marx. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
RESENDE, A. C. C.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 38, n. 2, p. 235-265, 2008.

RIGO, A. S. Profissionalização da Gestão e Autogestão: um estudo dos problemas que ocasionaram a dissolução das cooperativas agrícolas dos perímetros irrigados no vale do Rio São Francisco. In: CANÇADO, A. C. et al. *Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: resultados da atuação do NeSol/UFT no Bico do Papagaio/TO*. Goiânia: Grafset Gráfica e Editora LTDA, 2009. p. 119 - 140

Rodrigues, R. C.; Marinho, T. P. C.; Amorim, P. Reforma Psiquiátrica e Inclusão Social pelo Trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1615-25, jan./jun. 2010.

SALLES, M. M.; BARROS, S. Da cidadania à realização de projetos de vida: inclusão social de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial na vida cotidiana. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, p. 1275-1292, 2014.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. Saúde Mental e Economia Solidária: Cartografias do seu discurso político. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 27, n. 3, 2015, p. 700-711. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822015000300700&script=sci_abstract&tlng=p. Acesso em: 02 ago. 2022.

SCHIOCHET, V. A construção de uma Economia Solidária para superar a crise. **FES BRIEFING**, 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16369.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

SILVA, N. G. et al. O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 100-114, 2017.

SILVA, R. R. As redes de comércio solidário: as formas de Comercialização dos produtos e serviços da economia Solidária em Minas Gerais. **Horizonte Científico**, v.3, n.1, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4328>. Acesso em: 20 jul. 2021

SILVA, S. P. et al. Extensão Universitária, Economia Solidária e Geração de Oportunidades no Contexto da Covid-19: Uma visão a partir de três experiências concretas no território Brasileiro. In: IPEA (Ed.). **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Brasil, 2020.

SINGER, P. SOUZA, A. R. de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Economia Contexto, 2000. 360 p.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SINGER, P. Paul Singer: Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx. Entrevista concedida a Isabel Loureiro. **Socialismo ou Barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil**. São Paulo, 2. ed. Outubro de 2009. p. 13 - 34.

SOARES, Fábio Veras et al. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília**, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1905>. Acesso em: 28 jan. 2024

SOUZA, A. R; JÚNIOR, F. A. A Economia Solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P e inovação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 8-25, 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5405> Acesso em: 27 jul. 2021.

SOUZA, E. L. Efeito de um programa de transferência condicionada de renda na

vacinação infantil em um município de médio porte. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2020.

TAUSCH, A. et al. Strengthening mental health responses to COVID-19 in the Americas: a health policy analysis and recommendations. **The Lancet Regional Health – Americas**, v. 5, p 1-10, 2022. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667193X21001149?via%3Dihub>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

TYGEL, D. **Trilhas da inclusão: envolver o mundo com o cooperativismo social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

WASHINGTON, Organização Pan - Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. Atualização epidemiológica: doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19). Washington, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53065/EpiUpdate26August2020_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 jan. 2024.

ZAMBRONI, S. P. C. (2006). Trabalho, organização e pessoas com transtornos mentais graves. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, p 91-110, 2006.

ANEXOS

APÊNDICE A - PROTOCOLO DE INFORMAÇÕES

Protocolo de informações pessoais e de trabalho ou ocupação:

Nome: _____

Idade: _____

Raça/Cor:

branca preta parda indígena amarela

Gênero:

homem mulher não binário outros não quero me manifestar

Estado Civil:

solteiro separado divorciado casado viúvo união estável
 relacionamento sério

Tem filhos? Se sim, quantos? Qual a idade dele(s)?

Escolaridade:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> fundamental I completo | <input type="checkbox"/> ensino médio incompleto |
| <input type="checkbox"/> fundamental I incompleto | <input type="checkbox"/> ensino médio cursando |
| <input type="checkbox"/> fundamental I cursando | <input type="checkbox"/> ensino superior completo |
| <input type="checkbox"/> fundamental II completo | <input type="checkbox"/> ensino superior incompleto |
| <input type="checkbox"/> fundamental II incompleto | <input type="checkbox"/> ensino superior cursando |
| <input type="checkbox"/> fundamental II cursando | <input type="checkbox"/> pós graduação completo |
| <input type="checkbox"/> ensino médio completo | <input type="checkbox"/> pós graduação incompleto |
| | <input type="checkbox"/> pós graduação cursando |

Profissão: _____

Ocupação atual: _____

Fonte de renda (da pessoa): _____

(Fonte de renda pessoal, o que inclui benefícios, salário, não possuir renda, entre outros)

Com quem mora atualmente e qual o grau de parentesco/proximidade:

Renda média familiar (valor médio): _____

Tipo de moradia:

própria alugada cedida ocupada Unidades de Acolhimento

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS DA SAÚDE MENTAL COM PERFIL PARA INCLUSÃO NO TRABALHO

Roteiro de entrevista semiestruturada com os usuários da saúde mental com perfil para inclusão no trabalho

O trabalho é algo importante pra você? Por quê?

Você já teve alguma ocupação/trabalho durante a vida? Qual(is) foi(ram)?

Destas ocupações/trabalhos, com o que mais gostou de trabalhar? Porquê? E o que menos gostou? Porquê?

Você está desenvolvendo alguma atividade de ocupação/trabalho no momento? Caso sim, qual? Caso não, por que?

Qual foi seu último trabalho? Por qual motivo você não trabalha mais nele?

Você gostaria de trabalhar/retornar ao trabalho neste momento?

Com o que você gostaria de trabalhar? Por que? Já trabalhou com isso? Se não, por qual motivo?

Quais são as dificuldades que você tem encontrado para retornar ao trabalho? O que você acha que precisa para facilitar o seu retorno ao trabalho?

O que você espera do retorno ao trabalho?

Você gostaria de falar mais alguma coisa que não tenha falado nas respostas anteriores e que acha importante comentar?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS INCLUÍDOS NOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Roteiro de entrevista semiestruturada com usuários incluídos nos Programas de Transferência de Renda

Qual(is) já foram suas ocupações/trabalhos durante a vida?

Desta(s) ocupações/trabalhos, com o que mais gostou de trabalhar? Porquê? E o que menos gostou? Porquê?

Você ficou algum tempo sem trabalhar? Caso sim, quanto tempo? por que? Como foi pra você este período? (Fernanda)

Qual a atividade de trabalho que você desenvolve no PIIS ou no Bolsa Cidadania?

Fale sobre sua experiência no Bolsa cidadania ou PIIS.

Você acha que teve alguma facilidade no retorno ao trabalho pelo PIIS ou pelo Bolsa Cidadania? Caso sim, qual (is)?

Você acha que teve alguma dificuldade no retorno ao trabalho pelo PIIS ou pelo Bolsa Cidadania? Caso sim, quais?

Destas dificuldades, quais foram as mais desafiadoras? E como você as enfrentou?

Você teria conseguido retornar ao trabalho se não fosse por meio do PIIS ou Bolsa Cidadania?

Você gostaria de falar mais alguma coisa que não tenha falado nas respostas anteriores que acha importante comentar.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 466/2012)

Estratégias de trabalho para o enfrentamento da crise pandêmica no contexto da saúde mental

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “Estratégias de trabalho para o enfrentamento da crise pandêmica no contexto da saúde mental”.

O objetivo deste estudo é identificar quais as expectativas de usuários de serviços de saúde mental sobre um possível ingresso ou retorno ao trabalho; e quais as facilidades, as dificuldades e os desafios encontrados para aqueles que já estão inseridos no trabalho por meio dos programas de transferência de renda. O (a) senhor (a) foi selecionado (a) por estar incluso em um dos programas de transferência de renda – “Bolsa Cidadania” e “Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)” ou por apresentar perfil para inclusão no trabalho nos moldes da Economia Solidária. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os dados.

A coleta de dados será composta primeiramente por um protocolo de informações pessoais e de trabalho ou ocupação para todos os participantes da pesquisa. Em um segundo momento será composta por dois roteiros de entrevista semiestruturada, abordando os temas: histórico ocupacional, facilidades, dificuldades e desafios no retorno ao trabalho promovido pela inserção nos programas de transferência de renda; e expectativas sobre um possível retorno ao trabalho nos moldes da Economia Solidária. O tempo utilizado para coleta dos dados será de aproximadamente quarenta minutos. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos.

O preenchimento destes roteiros não oferece risco imediato ao (a) senhor (a), porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas podem remeter à algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar à um leve cansaço após responder os questionários. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, o senhor (a) poderá optar pela suspensão imediata da entrevista.

O senhor (a) não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar do estudo, que se dará nos próprios serviços de saúde mental de Araraquara e nos programas municipais de transferência de renda, “Bolsa Cidadania” e “Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)”. Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Também o (a) senhor (a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, este trabalho poderá contribuir de forma indireta na ampliação do conhecimento relacionado às iniciativas de Economia Solidária e programas de transferência de renda.

O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal com quem você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Jéssica Negri Gomes

Endereço: Avenida São Carlos, 2724 – Centro.

Contato telefônico: 19994948654

E-mail: jessicanegrig@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante

ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estratégias de trabalho para o enfrentamento da crise pandêmica no contexto da saúde mental

Pesquisador: Jéssica Negri Gomes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65564722.2.0000.5504

Instituição Proponente: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.805.205

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas na apresentação do projeto foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2005104, de 25/11/2022) e/ou do Projeto Detalhado (Projeto_Mestrado, de 25/11/2022):

RESUMO: Introdução: Em março de 2020, a pandemia causada pelo SARS-Cov-2 (agente etiológico da COVID-19) chegou ao Brasil, avançando rapidamente em todo o território nacional. Trouxe danos na vida da população não apenas na área de saúde pública, mas também no âmbito social e econômico. O Estado, a fim de atender as necessidades mínimas da população, criou algumas estratégias pontuais como o auxílio emergencial e políticas de assistência social. Porém, o que realmente proporciona grande parte da subsistência dessas pessoas são as iniciativas de Economia Solidária e redes de solidariedade nos seus próprios territórios. Dentre as estratégias pensadas para a inclusão social de pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, os programas de transferência de renda são políticas sociais que visam o combate à pobreza e a redução das desigualdades em países em desenvolvimento. **Objetivo:** Identificar quais as expectativas de usuários de serviços de saúde mental sobre um possível retorno ao trabalho; e quais as facilidades, as dificuldades e os desafios encontrados para aqueles que já estão inseridos no trabalho por meio dos programas de transferência de renda. **Método:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa exploratória.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.505-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3251-6685

E-mail: cep@umanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: S.805.305

HIPÓTESE: Considerando estes pressupostos, apresentamos a seguinte questão de pesquisa: como os programas de transferência de renda do município de Araraquara e a economia solidária podem auxiliar os usuários de serviços de saúde mental na inclusão no trabalho no contexto pandêmico e pós pandêmico? Assim, o estudo pretende analisar e refletir junto aos usuários dos serviços de saúde mental de Araraquara, seus históricos ocupacionais, suas expectativas sobre um possível retorno ao trabalho nos moldes da economia solidária, e quais as facilidades, as dificuldades e os desafios no retorno ao trabalho promovido pela inserção nos programas de transferência de renda.

METODOLOGIA: 3.1 Tipo de pesquisa Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Nessa perspectiva, a fim de melhor alcançar os objetivos citados acima, esse estudo se baseia na pesquisa qualitativa. Em relação ao procedimento, o estudo adotará a pesquisa de campo, pois "a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo." (GIL, 2007, p.53) Trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que "estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao estudado." (GIL, 2007, p.41) 3.2 Local de estudo e seleção dos participantes O estudo se dará nos serviços de saúde mental de Araraquara e nos programas municipais de transferência de renda, "Bolsa Cidadania" e "Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)". Para a seleção dos participantes, primeiramente será feito contato com as equipes de saúde mental do município de Araraquara para levantamento dos usuários com perfil para inclusão no trabalho, mas que estão excluídos do mundo do trabalho e com os programas municipais de renda, "Bolsa Cidadania" e "Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)" para levantamento dos usuários já incluídos em tais programas. Com o levantamento em mãos, será feito contato com todos aqueles que apresentam perfil para participar da pesquisa a fim de realizar o convite. Com aqueles que aceitarem participar, será realizada a entrevista que será gravada e transcrita, posteriormente, para a análise dos dados. A coleta de dados se dará de forma presencial em dia, horário e local pré-definidos junto com os participantes. 3.3 Critérios de Inclusão Os critérios de inclusão no estudo são: Estar incluído em um dos programas de transferência de renda - "Bolsa Cidadania" e "Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)"; Ser assistido por um dos serviços de saúde mental do município

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.505-905
 UF: SP Município: SÃO CARLOS
 Telefone: (19)3351-9685 E-mail: caphamarc@ufscar.br



Continuação do Parecer: S.805.205

de Araraquara; Ter 18 anos ou mais; Apresentar perfil para inclusão no trabalho; Aceitar participar da pesquisa de forma voluntária; Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). 3.4 Critérios de Exclusão Os critérios de exclusão do estudo são: Não aceitar participar da pesquisa de forma voluntária; Não assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ter menos de 18 anos.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: - Estar incluso em um dos programas de transferência de renda - "Bolsa Cidadania" e "Programa de Incentivo à Inclusão Social (PIIS)"; - Ser assistido por um dos serviços de saúde mental do município de Araraquara; - Ter 18 anos ou mais; - Apresentar perfil para inclusão no trabalho; - Aceitar participar da pesquisa de forma voluntária; - Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: - Não aceitar participar da pesquisa de forma voluntária; - Estar em crise; - Ter menos de 18 anos; - Não apresentar o perfil para inclusão no trabalho nos moldes da Economia Solidária.

Objetivo da Pesquisa:

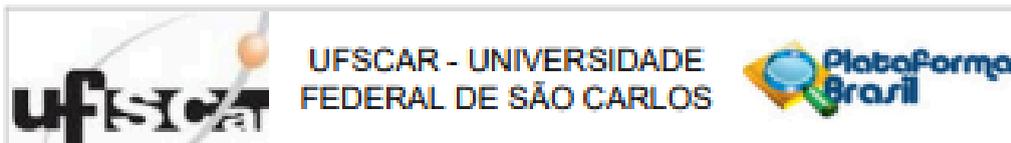
Objetivo Primário: Identificar quais as expectativas de usuários de serviços de saúde mental sobre um possível retorno ao trabalho; e quais as facilidades, as dificuldades e os desafios encontrados para aqueles que já estão inseridos no trabalho por meio dos programas de transferência de renda.

Objetivo Secundário: Investigar o histórico ocupacional dos usuários de serviços de saúde mental de Araraquara que têm perfil para a inclusão no trabalho; -Caracterizar os programas de transferência de renda da prefeitura municipal de Araraquara; - Analisar a possibilidade de proposição de um programa de transferência de renda específico para o público da saúde mental;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: O preenchimento do protocolo de informações pessoais e das entrevistas semiestruturadas não oferece risco imediato ao, porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas podem remeter à algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar à um leve cansaço após responder os questionários. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, o participante poderá optar pela suspensão imediata da entrevista. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a

| | |
|---|-------------------------------------|
| Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235 | |
| Bairro: JARDIM GUANABARA | CEP: 13.505-905 |
| UF: SP | Município: SÃO CARLOS |
| Telefone: (16)3351-9985 | E-mail: csp@umanca@ufscar.br |



Continuação do Protocolo: 5.805.305

entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Benefícios: A participação do (a) senhor (a) será de extrema importância para que seja alcançado os objetivos dessa pesquisa e auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Saúde e Economia Solidária, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades de iniciativas de economia solidária. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Orientação geral: considerando a situação sócio sanitária, bem como os planos de contingenciamento da pandemia da COVID-19 municipais e Estaduais; considerando que as Portarias/Resoluções de Instituições Proponentes de pesquisa são constantemente atualizadas; considerando o papel do sistema CEP/CONEP em garantir a segurança e proteção do participante da pesquisa por meio dos Protocolos submetidos na Plataforma Brasil; considerando a coresponsabilidade do pesquisador pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa; este CEP orienta aos pesquisadores o acompanhamento da situação sócio sanitária da região em que ocorrerá a pesquisa, bem como as determinações legais dos planos de contingenciamento do COVID-19 para determinação do início, suspensão ou continuidade de atividades de pesquisas presenciais, mesmo que o Protocolo já se encontre aprovado pelo CEP.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

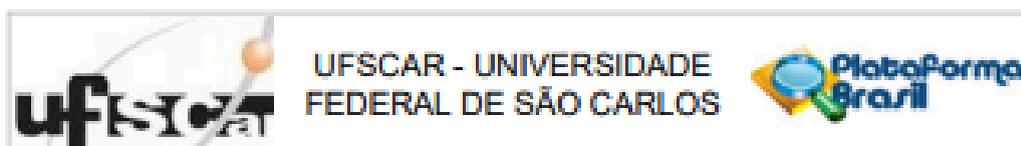
CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.805.205

Não há pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

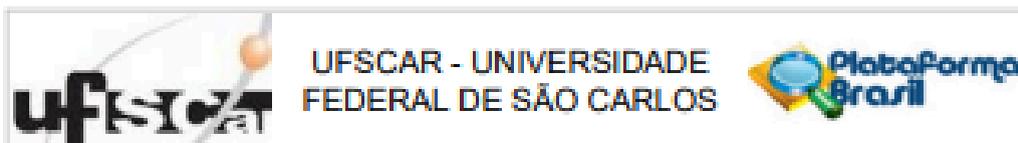
| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|---------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PI_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2005104.pdf | 25/11/2022 12:19:23 | | Aceito |
| Outros | Instrumentos_coleta_de_dados.pdf | 25/11/2022 12:17:04 | Jessica Negri Gomes | Aceito |
| Declaração de concordância | Resposta_autorizacao.pdf | 25/11/2022 10:26:47 | Jessica Negri Gomes | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_Mestrado_.pdf | 25/11/2022 10:25:57 | Jessica Negri Gomes | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_.pdf | 23/11/2022 18:44:11 | Jessica Negri Gomes | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha_de_Rosto_assinado.pdf | 04/10/2022 16:14:58 | Jessica Negri Gomes | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
 UF: SP Município: SÃO CARLOS
 Telefone: (16)3351-9685 E-mail: cep@ufscar.br



Continuação do Protocolo 5.805.205

Não

SÃO CARLOS, 09 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ RM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-665

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (19)3351-9685

E-mail: caphumanos@ufscar.br